



REPÚBLICA DE CABO VERDE

PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS (PEPI)

**Cabo Verde Human Capital Project
(P175828)**

Janeiro de 2022

Acrónimos e Abreviaturas

ABC	Associação de Base Comunitária
AGR	Atividades Geradoras de Rendimento
AIAS	Avaliação do Impacto Ambiental e Social
AS	Assédio Sexual
ASS	Ambiente, Saúde e Segurança
ASSS	Ambiente, Social, Saúde e Segurança
AT	Assistência Técnica
BPII	Boas Práticas da Indústria Internacional
CCGR	Comissão Central de Gestão de Reclamações
CERMI	Centro de Energia Renovável e Manutenção Industrial
CLGR	Comissão Local de Gestão de Reclamações
COVID-19	Doença de Coronavírus 2019
DGH	Direção Geral da Habitação
DGIS	Direção Geral da Inclusão Social
DNA	Direção Nacional do Ambiente
EAS	Exploração e Abuso Sexual
EHTCV	Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde
EMAR	Escola do Mar
EPI	Equipamentos de Proteção Individual
FA	Acompanhamento Familiar
FICASE	Fundação Cabo-verdiana de Ação Social Escolar
FPEF	Fundo de Promoção do Emprego e da Formação
HAS	Higiene, Água e Saneamento
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
ICS	Instalação de Cuidados de Saúde
ICV	Infraestruturas de Cabo Verde
IDA	International Development Association
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
INE	Instituto Nacional de Estatística
IP	Inclusão Produtiva
MED	Ministério da Educação
MFIDS	Ministério da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social

MFFE	Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial
MGR	Mecanismo de Gestão de Reclamações
MIOTH	Ministério das Infraestruturas, do Ordenamento do Território e Habitação
NAS	Normas Ambientais e Sociais
NEET	Jovens que não trabalham, não estudam nem seguem uma formação
OBC	Organizações de Base Comunitária
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
OSC	Organização Social Comunitária
PA	Plano de Ação
PAD	Project Appraisal Document
PAR	Plano de Ação de Realojamento
PCAS	Plano de Compromisso Ambiental e Social
PEPI	Plano de Envolvimento das Partes Interessadas
PF	Ponto Focal
PGAS	Plano de Gestão Ambiental e Social
PGL	Procedimentos de Gestão Laboral
PISP	Programa do Inclusão Social e Produtiva
PNV	Plano Nacional de Vacinação
PPSD	Estratégia de Procurement para Projetos Desenvolvimento
PRSS	Projeto de Rede de Segurança Social
QAS	Quadro Ambiental e Social
QGAS	Quadro de Gestão de Ambiental e Social
QPR	Quadro de Políticas de Reassentamento
RSI	Rendimento Social de Inclusão
SGR	Serviço de Gestão de Reclamações
SST	Saúde e Segurança no Trabalho
UGPE	Unidade de Gestão de Projetos Especiais
UIP	Unidade de Implementação do Projeto
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNI-CV	Universidade de Cabo Verde
VBG	Violência Baseada no Género
WB/BM	Banco Mundial

Índice

1.	Introdução	6
1.1.	Contexto do país e do setor	6
1.2.	Contexto Setorial e Institucional.....	7
1.3.	Descrição do projeto	8
1.3.1.	Objetivo de Desenvolvimento do Projeto	8
1.3.2.	Componentes do projeto	9
1.4.	Resumo dos Impactos Esperados	11
2.	Plano de Envolvimento das partes interessadas	12
3.	Identificação e análise das partes interessadas	13
3.1.	Metodologia.....	13
3.2.	Beneficiários do projeto.....	14
3.3.	Parceiros do projeto	15
3.4.	Partes Afetadas.....	16
3.5.	Outras Partes Interessadas	20
3.6.	Indivíduos ou grupos desfavorecidos / Vulneráveis.....	20
3.7.	Resumo das necessidades das partes interessadas do projeto.....	22
4.	Programa de Envolvimento das Partes Interessadas	23
4.1.	Objetivo e calendário do programa de envolvimento das partes interessadas.....	23
4.2.	Mensagens-chave	23
4.3.	Estratégia proposta para a consulta e a divulgação de informação	24
4.4.	Estratégia proposta para incorporar a visão dos grupos vulneráveis	32
4.5.	Indicadores de progresso na implementação do PEPI.....	34
4.6.	Linhas de tempo.....	34
4.7.	Estimativa de custos de implementação do PEPI.....	35
4.8.	Revisão dos Comentários	35
4.9.	Fases Futuras do Projeto.....	37
5.	Recursos e Responsabilidades para a implementação de atividades de envolvimento das partes interessadas	37
5.1.	Recursos	37
5.2.	Funções e Responsabilidades de Gestão	37
6.	Mecanismo de Gestão de Reclamações	38
6.1.	Descrição do mecanismo de gestão de reclamações.....	40
6.2.	Procedimentos para a comunicação e registo de queixas.....	41
6.2.1.	Procedimentos para a comunicação e registo de queixas de VBG/EAS/AS e VCC	44
6.3.	Tipo / categoria de reclamações	44
6.4.	Ficha de resumo das reclamações	45
6.5.	Relatório de tratamento das reclamações	45
6.6.	Informação ao público sobre o MGR	45
6.7.	Recurso à justiça.....	45
7.	Monitorização e relatórios	45
7.1.	Envolvimento das partes interessadas nas atividades de monitorização	45
7.2.	Apresentação de relatórios aos grupos de partes interessadas	46
Anexo 1 – Relatório da socialização do PEPI e do PGAS entre os principais parceiros	47	

Anexo 2 – Formulário do livro de reclamações.....49**Tabela**

Tabela 1. Componentes do Projeto proposto.....	9
Tabela 2. Quadro das partes beneficiadas e afetadas pelo projeto.....	17
Tabela 3. Outras partes interessadas	20
Tabela 4. Pessoas vulneráveis	21
Tabela 5. Necessidades das partes interessadas.....	22
Tabela 6. Atividades de Envolvimento das Partes Interessadas propostas.....	27
Tabela 7. Estratégia específica para a integração dos grupos vulneráveis	32
Tabela 8. Indicadores de progresso na implementação do PEPI	34
Tabela 9. Estimativa orçamental para a implementação do PEPI	35
Tabela 10. Principais preocupações das partes interessadas	35
Tabela 11. Prazos de execução das etapas de tratamento das reclamações	41

Figuras

Figura 1. Número de intervenções identificadas como necessárias por bairro da Cidade da Praia	15
Figura 2. Disposições de implementação do projeto	38
Figura 3. O circuito das reclamações admitidas a nível do CLGR - Municipal	42
Figura 4. Circuito das reclamações admitidas a nível do CCGR – Central.....	43

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contexto do país e do setor

O projeto Cabo Verde Capital Humano é uma ferramenta do Governo de Cabo Verde (GovCV) para (i) melhorar as competências para empregos presentes e futuros e (ii) permitir a inclusão social e produtiva da sua população. Por via deste projeto, o GovCV solicita ao Banco Mundial (BM) o financiamento de programas específicos incluídos no seu Programa de Capital Humano, enquanto parceiro de desenvolvimento para a redução da pobreza extrema e para o aumento da prosperidade partilhada.

O conceito de criação de Capital Humano é entendido por colocar as pessoas no centro das prioridades de desenvolvimento do país e assegurar que todos, raparigas e rapazes tenham a oportunidade de alcançar o seu potencial integral acumulado ao longo das suas vidas, no que diz respeito à criação de saúde, conhecimento, competências, qualificações e resiliência. Entre os programas específicos incluídos no Programa de Capital Humano nacional incluem: (i) o programa de inclusão social e produtiva para reduzir a pobreza; (ii) a reforma do ensino secundário nos graus 9-12 e o novo sistema de formação de professores a fim de melhorar a qualidade; (iii) a expansão de cursos de formação profissional em setores chave de crescimento para os Jovens que não trabalham, não estudam nem seguem uma formação (NEET); e (iv) melhorias na habitação e acesso a serviços básicos, incluindo saneamento e energia limpa, sendo que todas as atividades propostas contribuem para reforçar o capital humano em Cabo Verde até 2030. A conceção deste projeto proposto e das suas intervenções está baseada no forte contributo que se prevê alcançar na remediação de um contexto desafiador do país, especialmente associado aos seguintes:

- pandemia da COVID-19, exacerbando a desigualdade de rendimentos, aumentando as taxas de desemprego, e minando os investimentos em capital humano;
- Pobreza agravada pelos choques relacionados com o clima, especialmente as secas persistentes cada vez mais frequentes, que ameaçam ainda mais os meios de subsistência e a segurança alimentar;
- Condições de insalubridade das habitações de famílias pobres expostas a riscos naturais e eventos climáticos extremos;
- Falta de cuidados infantis, falta de acesso ao financiamento, falta de conhecimentos sobre atividades geradoras de rendimentos, e falta de acesso aos mercados limitam a participação económica de forma desigual entre homens e mulheres, prejudicando mais mulheres;
- Investimentos na política nacional de igualdade e equidade do género não têm sido suficientes, e ainda as mulheres têm uma menor taxa de participação na força de trabalho, apresentam uma fraca presença em áreas tecnológicas e científicas, ganham rendimentos que são em média inferiores aos dos homens, são mais afetadas pelo subemprego, e constituem mais de metade dos jovens NEET.

Para promover o crescimento económico e colher os dividendos demográficos, o Governo desenvolveu recentemente uma nova Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (2021-2030) que identifica o reforço do capital humano como o elemento-chave para o desenvolvimento do país ao longo dos próximos 10 anos. O país planeia acelerar o crescimento económico através do reforço do seu capital humano e das oportunidades de emprego em cinco sectores aceleradores - (i) turismo e indústria; (ii) economia azul; (iii)

economia digital; (iv) energia renovável; e (v) agricultura - com um objetivo ambicioso de assegurar 100 000 oportunidades de emprego até 2030. Existe agora a necessidade de ligar os potenciais empregos e oportunidades de emprego que estão a ser criados com mais investimentos para produzir o capital humano formado necessário para preencher estes empregos e beneficiar do crescimento económico.

1.2. Contexto Setorial e Institucional

Os setores da educação e da inclusão social e produtiva, assim como o seu progresso coerente e articulado, deparam com condicionalismos cruciais, devidamente identificados pelo governo, que este projeto visa transpor, designadamente:

- o sistema educativo não está a assegurar que os jovens em idade escolar adquiram competências relevantes para o mercado de trabalho e necessárias para o emprego futuro;
- a oferta de programas de formação profissional de alta qualidade para jovens extra-escolares, especialmente em áreas chave de crescimento, é insuficiente e os programas existentes estão frequentemente mal alinhados com as potenciais oportunidades de emprego;
- é necessário dar maior atenção às preocupações de equidade - assegurando que as populações vulneráveis e particularmente as mulheres - também têm oportunidades de beneficiar de programas de formação relevantes e oportunidades de emprego, bem como o acesso a serviços básicos e habitação adequada.

O GovCV tem vindo a empreender na reforma de todo o sistema educativo, a começar pelos seguintes: (i) a reforma do currículo escolar para o 1º ao 8º ano de escolaridade; (ii) o desenvolvimento de uma nova estratégia e sistema para o desenvolvimento profissional dos professores; e (iii) o estabelecimento de uma nova unidade dentro do Ministério da Educação responsável pela monitorização dos resultados da aprendizagem. Com a reforma do ensino básico na fase final, o Governo pretende agora expandir a reforma de modo a incluir também o ensino secundário, e transpor desafios que se impõem ao sistema atual nomeadamente os seguintes: (i) uma desconexão geral entre os currículos ensinados e as necessidades do mercado de trabalho; (ii) baixas qualificações dos professores; e (iii) atenção insuficiente prestada aos resultados da aprendizagem. Um dos principais objetivos da reforma do ensino secundário é modernizar o currículo geral dos graus 9º ano a 12º ano para que os estudantes adquiram melhor as competências necessárias para o futuro emprego.

Para o número significativo de jovens cabo-verdianos que abandonaram o ensino secundário antes de o terem completado, originando uma grande população de jovens extra-escolares sem as competências necessárias para o emprego, Cabo Verde estabeleceu um sistema de formação profissional liderado pela Direcção do Emprego, Formação Profissional e Estágios Profissionais (DEFPEP) que é tutelado pelo Ministério das Finanças. O país tem mais de 20 centros de formação do público em geral, que operam em todas as ilhas como parte do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e três escolas especializadas - a Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde (EHTCV), o Centro de Energias Renováveis e Manutenção Industrial (CERMI) e a recém-criada Escola do Mar (EMAR). Um maior enfoque nos resultados e um melhor fluxo de informação sobre oportunidades de emprego e formação relevante está no centro das reformas necessárias para o progresso do sector de desenvolvimento de competências em Cabo Verde.

O financiamento da formação profissional para os jovens e mulheres mais pobres e vulneráveis em sectores-chave do crescimento, incluindo o turismo e a economia azul, tem sido em si apoiado por bolsas de estudos geridas pelo Fundo de Promoção do Emprego e da Formação (FPEF). O Governo pretende expandir este programa de bolsas para aumentar a inscrição em programas alinhados com as oportunidades de emprego nos sectores de crescimento catalítico identificados no Programa Ambição 2030 e no Programa de Capital Humano e aumentar as taxas de emprego dos licenciados que se encontram em formação.

O acesso à formação profissional foi estrategicamente incluído no Programa de Inclusão Social e Produtiva (PISP), implementado pelo Ministério da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social (MFIDS), em colaboração com os 22 municípios do país. O grupo de beneficiários trata-se de um subconjunto de famílias que beneficiam atualmente do programa regular de transferência de dinheiro (RSI) através do Programa de Acompanhamento Familiar (FA) e da Intervenção de Inclusão Produtiva (PI). A Intervenção de Inclusão Produtiva visa ajudar os agregados familiares a tornarem-se mais resilientes (inclusive a choques relacionados com o clima e outros tipos de choques), empregáveis e autossuficientes, melhorando o desempenho de pequenas empresas que já dispunham, ou ajudando na criação de novas atividades produtivas.

A falta de acesso a serviços básicos para famílias pobres e vulneráveis, incluindo eletricidade, água e saneamento, estabelece um limite crítico à dignidade humana e não contribuir para o aumento do capital humano. Esta limitação incide principalmente sobre o grupo de famílias visadas pelo Programa de Inclusão Social e Produtiva (PISP). O Governo tem vindo a apoiar a melhoria da habitação destas famílias vulneráveis através do Programa de Requalificação, Reabilitação e Acessibilidade (PRRA) que se enquadra no Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) de 2017-2021 e está alinhado com o Objetivo 11 de Desenvolvimento Sustentável (Cidades e Comunidades Sustentáveis). O PRRA é liderado pelo Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação (MIOTH).

A seleção das famílias para acolher o benefício de melhoria do acesso aos serviços básicos requer o estabelecimento de um processo seletivo justo dos beneficiários, baseado em critérios transparentes. A ferramenta de seleção dos beneficiários para os diversos benefícios sociais do Estado tem sido progressivamente melhorada de forma a assegurar que os programas e serviços sejam direcionados para os pobres e mais vulneráveis, que realmente mais necessitam deles. Está estabelecido o sistema do Cadastro Social Único que confere um registo social, contendo atualmente dados de mais de 75 000 famílias de todo o país e classifica-as de acordo com o seu estado de bem-estar. O sistema já está a contribuir para melhorar a focalização e coordenação de uma série de pelo menos 10 programas com diferentes intervenções e ajuda o MFIDS a coordenar os apoios. O sistema está atualmente sobre a gestão da Comissão Nacional de Gestão do Registo Social, cujo mandato específico é gerir o registo social, depois de ter sido estabelecido e coordenado pela Direção Geral de Inclusão Social (DGIS), sendo que ambos se encontram sob a tutela do MFIDS.

1.3. Descrição do projeto

1.3.1. Objetivo de Desenvolvimento do Projeto

O objetivo de desenvolvimento deste projeto Cabo Verde Capital Humano, conforme descrito no Project Appraisal Document (PAD), é de reforçar o acesso aos serviços básicos e melhorar a empregabilidade dos jovens e das mulheres em Cabo Verde.

O reforço do acesso aos serviços básicos está associado aos seguintes:

- (i) reforço do registo social através de uma maior cobertura, utilização e melhoria do ciclo de feedback dos dados para apoio direcionado, incluindo para melhorar o acesso aos serviços básicos e à educação; e
- (ii) melhoria das condições de habitação para jovens e mulheres pobres e vulneráveis e maior acesso aos serviços básicos de eletricidade, água, saneamento, etc., através das intervenções de habitação e de requalificação urbana.

A melhoria da empregabilidade está associada aos seguintes:

- (i) implementação do currículo revisto para o ensino secundário com maior enfoque nas competências necessárias para o mercado de trabalho;
- (ii) maior acesso e certificados obtidos a partir da conclusão bem-sucedida de programas de formação profissional relevantes para o mercado de trabalho; e
- (iii) expansão da intervenção de inclusão social e produtiva para beneficiar os jovens e mulheres pobres e vulneráveis.

1.3.2. Componentes do projeto

O projeto comprehende cinco componentes conforme apresentado no quadro seguinte:

Tabela 1. Componentes do Projeto proposto

Componentes e subcomponentes	Montante alocado
Componente 1: Reformar a educação para melhor preparar os jovens em frequência escolar para o futuro emprego 1.1 - Assegurar que todos os jovens do ensino secundário adquiram competências relevantes para o mercado de trabalho 1.2 - Reforçar o sistema para monitorizar e melhorar a qualidade do ensino	7,2 milhões de dólares
Componente 2: Melhorar a governação e o acesso à formação profissional para jovens fora do Sistema de ensino em sectores-chave do crescimento económico 2.1 - Melhorar a governação e a eficácia do sistema de formação profissional 2.2 - Aumentar a oferta de programas de formação profissional no turismo e na economia azul	5,5 milhões de dólares
Componente 3: Apoiar a inclusão social e produtiva e o acesso aos serviços básicos dos pobres e vulneráveis 3.1 - Reforçar os sistemas de proteção social para melhorar o capital humano 3.2 - Expandir o Programa de Inclusão Social e Produtiva 3.3 – Melhorar a habitabilidade e o acesso aos serviços básicos para as famílias pobres e vulneráveis	13,9 milhões de dólares
Componente 4: Gestão do projeto	
Componente 5: Componente de Resposta a Emergência de Contingência (CERC)	

Componente 1: Reformar a educação para melhor preparar os jovens em frequência escolar para o futuro emprego

Esta componente visa melhorar a qualidade do atual sistema educativo e assegurar que todos os jovens em idade escolar adquiram competências relevantes para as necessidades do mercado de trabalho. O projeto (i) apoiará a reforma curricular no ensino secundário em áreas

disciplinares diretamente alinhadas com as competências necessárias no mercado de trabalho; e (ii) irá reforçar o sistema para monitorizar os resultados da aprendizagem e a qualidade da educação.

A componente 1 subdivide-se em duas subcomponentes:

- Subcomponente 1.1 - Assegurar que todos os jovens do ensino secundário adquiram competências relevantes para o mercado de trabalho
- Subcomponente 1.2 - Reforçar o sistema para monitorizar e melhorar a qualidade do ensino

Componente 2: Melhorar a governação e o acesso à formação profissional para jovens fora do Sistema de ensino em sectores-chave do crescimento económico

Esta componente visa melhorar a eficiência do sistema de formação profissional existente e assegurar que os investimentos em formação profissional conduzam a uma maior empregabilidade dos jovens e particularmente das mulheres graduados da formação profissional. A componente 2 subdivide-se em duas subcomponentes:

- Subcomponente 2.1 - Melhorar a governação e a eficácia do sistema de formação profissional
- Subcomponente 2.2 - Aumentar a oferta de programas de formação profissional no turismo e na economia azul

Componente 3: Apoiar a inclusão social e produtiva e o acesso aos serviços básicos dos pobres e vulneráveis

Esta componente visa fornecer apoio crítico aos jovens e às mulheres em agregados familiares pobres e vulneráveis a fim de contribuir para a sua melhor empregabilidade através da inclusão social e produtiva, melhores condições de habitação e acesso a serviços básicos.

A componente 3 subdivide-se em três subcomponentes:

- Subcomponente 3.1 - Reforçar os sistemas de proteção social para melhorar o capital humano
- Subcomponente 3.2 - Expandir o Programa de Inclusão Social e Produtiva
- Subcomponente 3.3 – Melhorar a habitabilidade e o acesso aos serviços básicos para as famílias pobres e vulneráveis, com enfoque na juventude e nas mulheres

Componente 4: Gestão do projeto

Trata-se da componente que permitirá apoiar aspectos institucionais, organizacionais e regulamentares necessários para uma implementação sustentável do projeto. Cobrirá também os custos de implementação do projeto (coordenação, aprovisionamento, gestão financeira ambiental e social, monitorização e avaliação).

Componente 5: Componente de Resposta a Emergência de Contingência (CERC)

Trata-se da componente que permitiria desembolsos rápidos de quaisquer saldos não comprometidos como resposta rápida a crises ou emergências elegíveis que possam surgir durante a implementação.

1.4. Resumo dos Impactos Esperados

A natureza das atividades do projeto é conhecida e permite prever com antecedência alguns riscos e impactos ambientais e sociais mais comuns. Assim projeto está classificado com o risco ambiental e social moderados. Existem potenciais impactos ambientais e sociais menores. Os seguintes potenciais impactos sociais e ambientais negativos do projeto foram identificados como segue:

O risco ambiental é classificado como **moderado**. A classificação do risco ambiental para o Projeto é moderada, com base na natureza das atividades do projeto. Além disso, é extremamente improvável que quaisquer efeitos ambientais ou sociais indiretos, a jusante, sejam causados pelo acesso à formação, ao desenvolvimento de capacidades e à assistência técnica e aconselhamento prestados através do projeto.

O projeto irá beneficiar todo o país e não financiará qualquer infraestrutura que possa resultar em quaisquer impactos ambientais adversos. As obras incluídas no projeto serão objeto de um Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) específico que inclui medidas de mitigação do risco ambiental e social, que será elaborado de acordo com as orientações definidas no Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS) definido para o projeto. Mesmo a nível da execução de obras de regeneração dos bairros e das habitações, estão previstos impactos ambientais diretos positivos do projeto. Tais impactos irão advir de atividades de paisagismo, com introdução de mais área verde nos bairros da Praia.

Prevêem-se alguns impactos ambientais, de segurança e de saúde que são temporários, e de baixa intensidade, localizados a nível do local de construção e podem ser facilmente mitigados. São impactos típicos para a maioria dos estaleiros de construção, nomeadamente:

- Perda de solo e de alguma vegetação;
- Geração de poeira, emissões sonoras e vibrações;
- Eliminação de resíduos de construção e resíduos sólidos em geral;
- Perturbação do público e riscos colocados pelas obras de construção;
- Preocupações de tráfego, saneamento, saúde e segurança no trabalho para os trabalhadores da construção.

As construções irão gerar centenas de empregos diretos temporários para os pequenos operadores empreiteiros e seus trabalhadores. Para além disso, o projeto no seu todo prevê gerar 100 000 empregos de longa duração através do reforço das competências visado pelas atividades do projeto. Um Plano de Gestão Laboral (PGL) para salvaguarda dos trabalhadores será concebido e integrado como anexo do QGAS para implementação ao longo da implementação do projeto.

O nível de risco social para este projeto é moderado. O projeto resultará em impactos sociais positivos, tanto a nível individual como comunitário.

Contudo, as barreiras infraestruturais e os estereótipos baseados no género podem impedir grupos específicos de aceder aos benefícios do projeto, tais como para pessoas com deficiência e raparigas adolescentes e mulheres jovens. O projeto tomará medidas específicas para assegurar que estes grupos vulneráveis participem ativamente no planeamento e implementação do projeto e beneficiem plenamente das suas atividades. O projeto também assegurará que o acesso aos benefícios do projeto seja devidamente monitorizado para evitar

desigualdades. O projeto assegurará que estas oportunidades estejam disponíveis a todos os segmentos da população, incluindo os grupos vulneráveis e marginalizados.

Um Plano de Ação para a prevenção e resposta à exploração e abuso sexual e assédio sexual será adaptado ao projeto e incluído no QGAS.

O projeto investirá em infraestruturas habitacionais, incorrendo a um risco moderado de reassentamentos involuntários físico ou económico e preocupações com o influxo de trabalhadores. Um Quadro de Políticas de Reassentamento irá permitir a gestão do reassentamento.

2. PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

O PEPI procura definir uma abordagem técnica e culturalmente apropriada para a consulta e divulgação do projeto. O objetivo deste PEPI é de melhorar e facilitar a tomada de decisões e criar uma atmosfera de entendimento que envolva ativamente as pessoas afetadas pelo projeto e outras partes interessadas de forma atempada, e que estes grupos tenham oportunidade suficiente para expressar as suas opiniões e preocupações que possam influenciar as decisões do Projeto. O SEP é uma ferramenta útil para gerir as comunicações entre o promotor do projeto (o GovCV através da UGPE e seus parceiros) e as outras partes interessadas.

Os principais objetivos do PEPI podem ser resumidos da seguinte forma:

- Identificar as principais partes interessadas que são afetadas, e/ou capazes de influenciar o Projeto e as suas atividades;
- Identificar os métodos, o calendário e as estruturas mais eficazes para partilhar informações sobre o projeto, e assegurar uma consulta regular, acessível, transparente e adequada;
- Fornecer orientações para o envolvimento das partes interessadas, de modo a cumprir as normas das Melhores Práticas Internacionais;
- Desenvolver um processo de envolvimento das partes interessadas que proporcione às mesmas uma oportunidade de influenciar o planeamento, a conceção e a implementação do projeto;
- Estabelece um mecanismo formal de gestão de reclamações;
- Definir papéis e responsabilidades para a implementação do PEPI;
- Definir medidas de informação e monitorização para assegurar a eficácia do PEPI e a introdução de ajustamentos necessários;

O envolvimento das partes interessadas é a prática de interagir com, e influenciar as partes interessadas do projeto para o benefício geral do projeto e dos seus defensores. A conclusão bem-sucedida de um projeto depende geralmente da forma como as partes interessadas o veem.

As suas exigências, expectativas, percepções, agendas pessoais e preocupações influenciarão o projeto, moldarão o aspeto do sucesso, e terão impacto nos resultados que podem ser alcançados. O envolvimento bem-sucedido das partes interessadas é, portanto, um requisito vital para uma gestão profissional do projeto.

O envolvimento das partes interessadas será livre de manipulação, interferência, coerção e intimidação, e conduzido com base em informação oportuna, relevante, compreensível e acessível, num formato culturalmente apropriado. Envolverá interações entre grupos de pessoas identificadas e proporcionará às partes interessadas uma oportunidade de expor as suas preocupações e opiniões (por exemplo, através de reuniões, inquéritos, entrevistas e/ou grupos focais), e assegurará que esta informação seja tomada em consideração na tomada de decisões do projeto.

3. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS PARTES INTERESSADAS

Os intervenientes no projeto são definidos como indivíduos, grupos ou outras entidades que:

- são afetados ou suscetíveis de serem afetados direta ou indiretamente, positiva ou negativamente, pelo Projeto, também conhecidos como "partes afetadas"; e
- podem ter interesse no projeto "partes interessadas". Incluem indivíduos ou grupos cujos interesses podem ser afetados pelo projeto e que têm o potencial de influenciar de alguma forma os resultados do projeto.

A cooperação e a negociação com as partes interessadas ao longo de todo o desenvolvimento do Projeto requerem também frequentemente a identificação de pessoas dentro dos grupos que atuam como representantes legítimos do respetivo grupo de partes interessadas, ou seja, os indivíduos a quem os seus colegas de grupo confiaram a defesa dos interesses dos grupos no processo de envolvimento com o Projeto. Os representantes da comunidade podem fornecer informações úteis sobre os cenários locais e agir como principais canais de divulgação da informação relacionada com o Projeto e como principal elo de comunicação/ligação entre o Projeto e as comunidades visadas e as suas redes estabelecidas. A verificação dos representantes das partes interessadas (ou seja, o processo de confirmação de que são legítimos e verdadeiros defensores da comunidade que representam) continua a ser uma tarefa importante no estabelecimento de contacto com as partes interessadas da comunidade. A legitimidade dos representantes da comunidade pode ser verificada falando informalmente com uma amostra aleatória de membros da comunidade e dando atenção às suas opiniões sobre quem pode representar os seus interesses da forma mais eficaz.

3.1. Metodologia

A fim de responder às abordagens de melhores práticas, o projeto aplicará os seguintes princípios para o envolvimento das partes interessadas:

- *Abertura e abordagem de ciclo de vida*: consultas públicas para os subprojetos serão organizadas durante todo o ciclo de vida, realizadas de uma forma aberta, livre de manipulação externa, interferência, coação ou intimidação;
- *Participação informada e feedback*: a informação será fornecida e amplamente distribuída entre todos os interessados num formato apropriado; são dadas oportunidades para comunicar o feedback dos interessados, para analisar e abordar comentários;
- *Inclusividade e sensibilidade*: a identificação das partes interessadas é empreendida para apoiar uma melhor comunicação e construir relações eficazes. O processo de

participação para os projetos é inclusivo. Todas as partes interessadas são encorajadas a participar sempre no processo de consulta. O acesso equitativo à informação é facultado a todas as partes interessadas. A sensibilidade às necessidades das partes interessadas é o princípio fundamental subjacente à seleção dos métodos de participação. É dada especial atenção aos grupos vulneráveis, em particular mulheres, jovens, idosos e as sensibilidades culturais de diversos grupos étnicos.

Para efeitos de um envolvimento eficaz e adaptado, as partes interessadas do(s) projeto(s) proposto(s) podem ser divididas nas seguintes categorias principais:

- **Partes afetadas** – pessoas, grupos e outras entidades dentro da Área de Influência do Projeto (PAI) que são diretamente influenciadas (efetiva ou potencialmente) pelo projeto e/ou que foram identificadas como mais suscetíveis a mudanças associadas ao projeto, e que precisam de estar estreitamente envolvidas na identificação dos impactos e do seu significado, bem como na tomada de decisões sobre medidas de mitigação e de gestão;
- **Outras Partes Interessadas** – indivíduos/grupos/entidades que podem não sofrer impactos diretos do projeto, mas que consideram ou percebem que os seus interesses são afetados pelo projeto e/ou que podem afetar o projeto e o processo da sua implementação de alguma forma; e
- **Grupos Vulneráveis** – pessoas que possam ser desproporcionadamente afetadas ou ainda mais desfavorecidas pelos subprojetos em comparação com quaisquer outros grupos devido ao seu estatuto vulnerável, e que possam exigir esforços especiais de envolvimento para assegurar a sua representação equitativa na consulta e no processo de tomada de decisão associado ao projeto.

3.2. Beneficiários do projeto

- O projeto terá amplos benefícios sociais e económicos e institucionais para quase toda a população de Cabo Verde tendo em conta que visa melhorar os sistemas de desenvolvimento do capital humano. Beneficiará diretamente tanto os jovens e as mulheres dentro como fora do sistema de ensino em Cabo Verde.
- Todos os jovens matriculados no ensino secundário beneficiariam da melhoria do currículo escolar e da atenção aos resultados da aprendizagem e todos os professores em serviço beneficiariam do novo sistema de desenvolvimento profissional e dos esforços para melhorar as suas capacidades de ensino;
- Ao melhorar a governação e a orientação dos programas de formação profissional, é provável que mais jovens e mulheres recebam certificados e ganhem emprego com base na formação recebida. Além disso, a expansão de programas de formação profissional para as populações de todas as ilhas irá assegurar um maior equilíbrio regional em termos de oportunidades de empregabilidade;
- Os beneficiários do PISP e o apoio à melhoria da habitação e do acesso a serviços básicos apoiará os jovens e mulheres identificados como pobres e vulneráveis através de critérios objetivos de seleção, utilizando o registo social. A intervenção PISP apoiaria agregados familiares nos 22 municípios;
- Receberão apoio para a melhoria da habitação e ao acesso aos serviços básicos os agregados familiares pobres e vulneráveis que vivem na ilha de Santiago, mais especificamente nos bairros da cidade da Praia. As estimativas apontam para 1008

intervenções distribuídas por 23 bairros da capital do país de acordo com os levantamentos realizados pelo MIOTH.

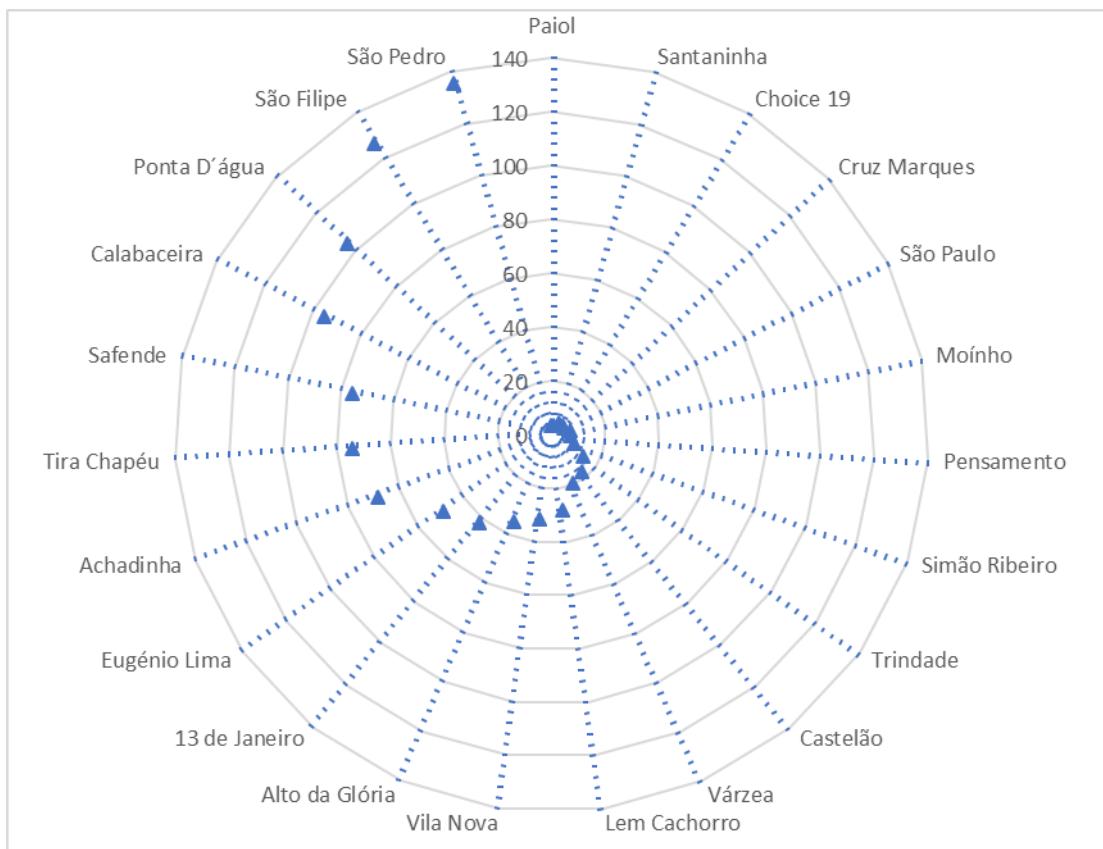


Figura 1. Número de intervenções identificadas como necessárias por bairro da Cidade da Praia

3.3. Parceiros do projeto

Os parceiros do projeto são definidos como partes interessadas que contribuem para a execução e implementação do projeto. Os parceiros do projeto identificados para a fase de preparação do projeto são:

- Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial
- Unidade de Gestão de Projetos Especiais (UGPE)
- Ministério da Educação (MED)
- Ministério da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social (MFIDS)
- 22 Municípios de Cabo Verde
- Direção Geral da Inclusão Social (DGIS)
- Fundo de Promoção do Emprego e da Formação (FPEF)
- Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)
- Fundação Cabo-verdiana de Ação Social Escolar (FICASE)
- Centro de Energia Renovável e de Manutenção Industrial (CERMI)
- Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde (EHTCV)
- Escola do Mar (EMAR)
- Ministério das Infraestruturas, do Ordenamento do Território e Habitação (MIOTH)

- Banco Mundial (WB/BM)
- Direção Geral da Habitação (DGH)
- Infraestruturas de Cabo Verde (ICV)
- Direção Nacional do Ambiente (DNA)
- Instituto Cabo-Verdiano para a Igualdade e Equidade de Género (ICIEG)
- Instituto Cabo-Verdiano da Criança e do Adolescente (ICCA)
- Associação Nacional de Deficientes
- O Escritório Regional do Banco Mundial

A lista de parceiros irá provavelmente mudar ao longo do ciclo de vida do projeto e, por conseguinte, será atualizada em conformidade.

3.4. Partes Afetadas

Para cada componente existem um conjunto de partes interessadas a atuarem e/ou a serem afetadas, de forma positiva ou negativa pelo projeto. Assim, o quadro seguinte procura segmentar estes atores em entidades públicas envolvidas na execução do projeto, organizações da sociedade civil e público ou comunidade.

Para a Componente 1: Reformar a educação para melhor preparar os jovens em frequência escolar para o futuro emprego, os principais benefícios para as comunidade resumem-se na melhoria do Capital humano nacional com efeito em toda a sociedade no geral, professores melhor preparados para o mercado de emprego internacional e estudantes equiparados aos seus homólogos internacionais. Maiores e melhores oportunidades para a progressão social das novas gerações. Não se prevê efeitos adversos sobre nenhum grupo social.

Para a Componente 2: Melhorar a governação e o acesso à formação profissional para jovens fora do Sistema de ensino em sectores-chave do crescimento económico, está em vista a redução do nível de pobreza nas famílias mais vulneráveis especialmente dos grupos de jovens e mulheres NEET. Com as intervenções previstas procura-se gerar cerca de 100 000 postos de trabalho e com isso alcançar empresas mais eficientes, melhor ambiente laboral e redução do desemprego e dos males sociais como vandalismo, alcoolismo, entre outros.

Para a Componente 3: Apoiar a inclusão social e produtiva e o acesso aos serviços básicos dos pobres e vulneráveis, procura-se um benefício comunitário de obter comunidades mais resilientes a choques climáticos e mudanças globais, melhoria da qualidade paisagística e dignificação dos espaços. Para as mulheres em especial, há uma redução do tempo dedicado a atividades não produtivas associadas a falta dos serviços básicos, e possibilita a um melhor cuidado para os idosos e deficientes que geralmente encontram-se entregues aos cuidados da uma mulher.

O apoio no acesso aos jardins infantis e cresces favorecem especialmente as mulheres mães, mas também às entidades gestoras destas estruturas que passarão a contar com um maior volume de receitas na sua atividade.

Prevê-se alguns riscos de conflitos fundiários entre os interessados na regeneração habitacional nomeadamente onde existem conflitos de propriedade. Podem ficar excluídos das atividades do projeto famílias pobres e vulneráveis residentes em zonas de risco de inundaçāo, de deslizamentos e/ou de subida de águas do mar e/ou áreas urbanas de génesis ilegal.

Tabela 2. Quadro das partes beneficiadas e afetadas pelo projeto

Componente 1: Reformar a educação para melhor preparar os jovens em frequência escolar para o futuro emprego	Entidades públicas	Organizações da Sociedade Civil	Público	
<p>Apoiar a reforma curricular do ensino secundário com enfoque nas competências, incluindo línguas estrangeiras, competências socioeconómicas e empresariais, STEM (Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática) sensibilidade ao género e alterações climáticas</p> <p>Reforçar o sistema de desenvolvimento profissional dos professores</p> <p>Estabelecer um sistema robusto de avaliação para monitorizar os resultados da aprendizagem e utilizar os resultados para melhorar a qualidade do ensino</p>	Beneficiários Afetados /excluídos	Ministério da Educação (MED) Direção Nacional da Educação (DNE) Direção Geral do Planeamento Orçamento e Gestão (DGPOG – MED) Fundação Cabo-verdiana de Ação Social Escolar (FICASE)	Associação de pais e encarregados da educação; Associação de professores; Organizações sindicais de professores	Alunos do 9º ao 12º ano que se encontram no sistema de ensino; Professores; Sociedade em geral
Componente 2: Melhorar a governação e o acesso à formação profissional para jovens fora do Sistema de ensino em sectores-chave do crescimento económico	Entidades públicas	Organizações da Sociedade Civil	Público	

<ul style="list-style-type: none"> - Criar painel de controlo com dados-chave sobre as necessidades do mercado de trabalho e oportunidades de formação para a tomada de decisões baseadas em provas - Capacitar as instituições de formação profissional para recolher dados e concentrar maior atenção na empregabilidade dos licenciados - Melhorar a empregabilidade, promovendo a formação profissional baseada em parcerias com o sector privado - Apoiar o desenvolvimento de novos programas de formação profissional de qualidade em turismo e economia azul 	Beneficiários	Fundo de Promoção do Emprego e da Formação (FPEF) Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) Centro de Energia Renovável e de Manutenção Industrial (CERMI) Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde (EHTCV) Escola do Mar (EMAR) Instituto Nacional de Estatísticas (INE)	Empresas negócios estabelecidos no país Entidades dedicadas formação profissional	e	Jovens e mulheres NEET; Jovens que abandonaram o sistema de ensino formal;
	Afetados /excluídos	Não identificadas	Associação de pescadores e peixeiras empenhados no empoderamento e na conversão das atividades atuais dos seus integrantes em atividades mais sustentáveis ligadas à economia azul.		Jovens NEET das áreas piscatórias que não constituem as condições de acesso aos cursos previstos; Pescadores e peixeiras no ativo mas que precisam de reconverter para outras atividades ligadas à economia azul mas são limitadas pela falta escolaridade básica de admissão; Mulheres que trabalham na extração de areia nas praias mas que pelo seu baixo nível de escolaridade não garantem as condições de acesso aos

				cursos profissionais visados
Componente 3: Apoiar a inclusão social e produtiva e o acesso aos serviços básicos dos pobres e vulneráveis	Entidades públicas	Organizações da Sociedade Civil	Público	
<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar a cobertura e funcionalidade do registo social - Digitalizar o PISP MIS e procedimentos operacionais - Expandir a intervenção PISP com base em lições - Proporcionar transferências monetárias para o acesso a cuidados infantis aos beneficiários de PISP - Apoio à requalificação urbana e de habitação para famílias pobres e vulneráveis visadas 	<p>Beneficiários</p> <p>Ministério da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social (MFIDS)</p> <p>Direção Geral de Inclusão Social (DGIS)</p> <p>Coordenação Nacional do Cadastro Social Único</p> <p>22 Municípios de Cabo Verde</p> <p>Ministério das Infraestruturas, do Ordenamento do Território e Habitação (MIOTH)</p> <p>Direção Geral da Habitação (DGH)</p> <p>Infraestruturas de Cabo Verde (ICV)</p> <p>Câmara Municipal da Praia;</p>	<p>Jardins infantis públicos e privados;</p> <p>Empresas de Construção Civil;</p> <p>Casas comerciais de materiais de construção;</p> <p>Águas de Santiago;</p> <p>Electra;</p>	<p>Famílias vulneráveis e pobres;</p> <p>Crianças do pré-escolar;</p> <p>Jovens mulheres/mães;</p> <p>Mulheres jovens chefes de família;</p>	
	Afetados /excluídos	Não identificadas	<p>Agregados unipessoais geralmente não se enquadra nos grupos 1 e 2 do CSU e sua vulnerabilidade se prolonga ano após ano</p>	<p>Proprietários de terrenos;</p> <p>Proprietários de habitação em conflitos de legitimidade;</p> <p>Famílias monoparentais;</p>

3.5. Outras Partes Interessadas

Tal como definido pelo Banco Mundial, outras partes interessadas são partes interessadas que podem estar interessadas no projeto devido ao sector ou partes envolvidas no projeto. Estes podem ser governos locais, líderes comunitários, e organizações da sociedade civil, particularmente aqueles que trabalham em ou com as comunidades pobres e vulneráveis. A tabela seguinte apresenta a lista de outras partes interessadas deste projeto, dispostos a diferentes níveis da sociedade.

Tabela 3. Outras partes interessadas

Governo Central	<ul style="list-style-type: none"> - Ministério das Finanças - ICIEG - Instituto Condição para a Igualdade e Igualdade de Género - ICCA - Instituto Cabo-Verdiano da Criança e do Adolescente - Polícia Nacional - Departamento de Educação - Departamento de Justiça - Departamento de Saúde - Departamento da Juventude - Autoridade de Proteção Ambiental - Assembleia Nacional (Deputados), - Procuradoria-Geral da República
Governos Locais	<ul style="list-style-type: none"> - Presidentes de Câmaras Municipais - Serviços Autónomos Municipais
Líderes Tradicionais	<ul style="list-style-type: none"> - Plataforma das ONG - Associações comunitárias
Empresas	<ul style="list-style-type: none"> - Empreiteiros
Outros	<ul style="list-style-type: none"> - Agências de Desenvolvimento (LUXDEV, UNICEF, etc.) - Líderes Religiosos

3.6. Indivíduos ou grupos desfavorecidos / Vulneráveis

Alguns impactos de projetos podem cair desproporcionadamente sobre indivíduos ou grupos desfavorecidos ou vulneráveis, que muitas vezes não têm voz para expressar as suas preocupações ou compreender os impactos de um projeto.

As consultas às partes interessadas com influência na definição de políticas de igualdade e equidade entre mulheres e homens, nomeadamente, a ICIEG, a Direção da Família e Inclusão e Inclusão Social definiram a necessidade de realização de análises de género no âmbito do

projeto proposto. Assim, tais análises serão realizadas durante a fase de conceção do projeto, e os resultados serão incorporados no planeamento da ação para a fase de implementação. A avaliação do impacto e do risco do projeto na perspetiva do género constará de avaliação de impactos ambientais e sociais do projeto descrito do QGAS.

Outros grupos vulneráveis, incluindo os jovens, os idosos e os deficientes, foram consultados através dos seus representantes. As consultas se alargaram a líderes associativos de comunidades remotas, nomeadamente comunidades piscatórias de São Pedro (Mindelo) e Tarrafal (Santiago) e a Escola do Mar em representação de grupos de jovens NEET.

Será dada atenção a vulnerabilidades específicas, bem como a benefícios específicos que os projetos podem trazer às mulheres e a outros membros vulneráveis da sociedade, e onde necessário serão propostos programas específicos de sensibilização para estes grupos.

O projeto estará atento para identificar, numa base contínua, ao longo da sua implementação, outros indivíduos, grupos vulneráveis ou desfavorecidos e as limitações que estes possam ter na participação e/ou na compreensão das informações do projeto. Será prestado apoio ou recursos adicionais necessários para permitir a participação destas pessoas no processo de consulta. Nesta fase preparatória, foram identificadas como grupos desfavorecidos/pessoas vulneráveis as seguintes pessoas:

Tabela 4. Pessoas vulneráveis

Grupo	Organizações representativas
Mulheres <ul style="list-style-type: none"> Mulheres que trabalham na extração de arreia nas praias, mas que pelo seu baixo nível, ou nenhuma escolaridade não garantem as condições de acesso aos cursos profissionais visados Pescadores e peixeiras no ativo, mas que precisam de reconverter para outras atividades ligadas á economia azul mas são limitadas pela falta escolaridade básica de admissão. Mulheres cuja família se encontra em situação de conflito no agregado familiar ou que passam por algum processo litigioso de separação do agregado 	ICIEG - Instituto Cabo-Verdiano para a Igualdade e Equidade de Género MORABI e OMVC - as ONG mais relevantes com foco no empreendedorismo das mulheres Departamento de Serviços Sociais da Câmara Municipal Associação de peixeiras do Mindelo Associação das mulheres de apanha de arreia Provedoria da República
Jovens Jovens NEET das áreas piscatórias que não constituem as condições de acesso aos cursos previstos	Associação de Jovens Empresários; Associações de jovens Associação dos Jovens Agricultores Associação Nova Geração dos Pescadores de São Pedro
Pessoas que vivem com deficiências e agregados unipessoais vulneráveis que não se qualificam nos grupos 1 e 2 do CSU	Associação de Deficientes Câmaras Municipais
Comunidades de baixo rendimento	Ilhas com elevadas taxas de pobreza

Idosos e Outros	TBD
------------------------	-----

3.7. Resumo das necessidades das partes interessadas do projeto

O quadro seguinte resume as necessidades por categoria de intervenientes concebido com base nos encontros de consulta às partes interessadas.

Tabela 5. Necessidades das partes interessadas

Grupo de Interessados	Características principais	Necessidades linguísticas	Notificação Preferida significa	Necessidades específicas
Agências estatais: Ministério das Finanças, MIOTH, MED, MFIDS UGPE, BM.	Número a ser definido no início do projeto	Língua oficial (Português), crioulo	Informação submetida por correio, telefone, oralmente através de websites e via Facebook	Reuniões, workshops de informação, reflexão, partilha de experiências Formação e desenvolvimento de capacidades.
Consultor em matéria de salvaguardas ambientais e sociais	Número a especificar posteriormente em função do progresso do projeto	Língua portuguesa	As informações são transmitidas por correio, telemóvel, online, através dos sítios Web e através da página do Facebook	Reuniões de trabalho, Videoconferência
Parceiros do Governo Local e do Governo Central	Número a especificar posteriormente em função do progresso do projeto	Língua local e oficial	As informações são transmitidas por correio, telemóvel, online, através dos websites e da página do Facebook	Desenvolvimento de capacidades
Comunidades de base das localidades em questão	22 Municípios	Língua local e oficial	As informações são transmitidas por correio, telemóvel, online, através dos websites e da página do Facebook	Mensagens ilustradas Reuniões comunitárias Desenvolvimento de capacidades
Pessoas com deficiências	Número aproximado a ser definido após o início efetivo do projeto	Língua local e oficial	Informação explicada oralmente ou esquematicamente após uma porta-a-porta	IEC durante todos os processos Capacitação,

Grupo de Interessados	Características principais	Necessidades linguísticas	Notificação Preferida significa	Necessidades específicas
Empreiteiros locais	Número aproximado a definir posteriormente em função do progresso do projeto	Língua local e oficial	Informação submetida por correio, telefone, oralmente através de websites e via Facebook	Reuniões, workshops de informação, reflexão, partilha de experiências Formação e desenvolvimento de capacidades
Consultores especializados	Número a especificar posteriormente em função do progresso do projeto	Língua portuguesa	Informação transmitida por correio electrónico, telefone, oralmente, através de websites e através da página do Facebook	Reuniões de trabalho, Congressos de vídeoconference

4. PROGRAMA DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

4.1. Objetivo e calendário do programa de envolvimento das partes interessadas

Os objetivos do envolvimento das partes interessadas neste projeto incluem:

- Socializar o projeto com as potenciais comunidades a serem afetadas;
- Divulgação de informação sobre o projeto;
- Destacar os contributos e conselhos de uma série de intervenientes, e ajustar a conceção do projeto em resposta ao feedback recebido;
- Promover a confiança e a verdade;
- Assegurar a adesão local à conceção do projeto proposto;
- Proporcionar vias para a resolução de conflitos por consenso; e
- Gerar, e responder a, feedbacks.

O envolvimento das partes interessadas já começou como parte da preparação do projeto. Isto continuará durante todo o ciclo de vida do projeto, começando o mais cedo possível e continuando ao longo das atividades de planeamento e instalação e através das componentes de aconselhamento técnico. A natureza e a frequência do envolvimento serão adaptadas aos grupos e questões relevantes.

4.2. Mensagens-chave

As principais mensagens-chave indicadas em seguida foram estabelecidas nesta fase preparatória do projeto. Resultam de lições apreendidas na execução de projetos de natureza

semelhante, designadamente o Projecto de Reforço da Educação e Desenvolvimento de Competências e o Projeto de Inclusão Social. As mensagens ainda dizem respeito a implementação de mecanismos de gestão de projeto já estabelecidos e assumidos entre os parceiros e alguns beneficiários do projeto com vista a atender aos objetivos de envolvimento dos stakeholders, como por exemplo, o mecanismo de gestão de reclamações. Entretanto, as mensagens-chave são dinâmicas, ou seja, poderão evoluir à medida que a conceção do projeto for confirmada em mais pormenor, durante a implementação e através do processo de envolvimento com as partes interessadas, tornando-se mais específicos quando forem definidos os sítios exatos de localização dos subprojectos e se confirmar as opções técnicas escolhidas.

Algumas das mensagens-chave incluirão:

- O projeto preza pela igualdade e equidade de oportunidades, sem descriminação, nem exclusão dos indivíduos.
- O projeto preza pelo aumento da participação das mulheres nos vários programas de aprendizagem e formação ao longo da implementação do mesmo. Para assegurar a inclusão equitativa dos géneros espera-se que haja um equilíbrio de género no acesso às oportunidades, (nenhum dos géneros tenha acesso a menos de 40% das oportunidades). O projeto assim contribui para melhorar o acesso das mulheres a oportunidades económicas e a empregos.
- Sempre que possível, serão contratados trabalhadores locais para ajudar na fase de implementação do projeto.
- O projeto preza pela identificação de medidas especiais visando condições de trabalho seguras para todos os trabalhadores contra o risco de Covid-19, e Exploração e Abuso Sexual e Assédio Sexual, etc.
- O calendário previsto para as intervenções em cada local deve ser comunicado uma vez determinado.
- O projeto garante os serviços a sobreviventes de casos de VBG relacionados com o projeto incluindo: (i) atendimento em saúde; (ii) atendimento psicossocial; e (iii) apoio jurídico, seguindo as normas e diretrizes globais e da instituição.
- Tem o direito de reclamar se está insatisfeita ou se está lesado pela ação do projeto. As reclamações são valorizadas e tratadas de forma justa e confidencial.

4.3. Estratégia proposta para a consulta e a divulgação de informação

A informação prévia e durante a implementação do projeto será disponibilizada através de uma série de abordagens, adaptadas ao público e às necessidades. As rádios locais serão utilizadas para mensagens dirigidas a toda a comunidade, tais como a informação de sessões de informação abertas. Algumas brochuras serão preparadas para a comunicação de informações mais complexas.

As comunidades serão também informadas sobre o código de conduta dos trabalhadores. Os líderes tradicionais, a comunidade e os grupos de mulheres e jovens NEET também serão envolvidos em vários pontos e em diferentes fases de implementação.

Há uma variedade de técnicas de envolvimento utilizadas para construir relações com as partes interessadas, recolher informação das partes interessadas, consultar as partes interessadas, e divulgar informação sobre os projetos às partes interessadas.

Ao selecionar uma técnica apropriada, devem ser considerados métodos de consulta culturalmente apropriados, e o objetivo de envolvimento com um grupo de partes interessadas. As técnicas mais utilizadas são as seguintes, e variarão de acordo com o público-alvo:

Técnica de envolvimento	Aplicação apropriada da Técnica
Contactos individuais por correspondência (Telefonema, email, mensagens de texto)	Distribuir informação a funcionários governamentais, ONG, Governo Local, e organizações/agências Convidar as partes interessadas para reuniões e acompanhamento
Reuniões de pequenos grupos e entrevistas com as partes interessadas e organização relevante	Em busca de pontos de vista e opiniões Permitir às partes interessadas falar livremente sobre questões sensíveis Construir para maior comprometimento Devem sempre ser registadas
Reuniões formais	Apresentar a informação do projeto a um grupo de interessados Permitir que o grupo opine e dê o seu ponto de vista evitando a captura da audiência por alguma parte interessante Construir uma relação impessoal com intervenientes de alto nível Divulgação de informação técnica Devem sempre ser registadas os comentários, as questões, as discussões e os consensos gerados
Reuniões públicas	Apresentar informação sobre o projeto a um grande grupo de interessados, especialmente comunidades Permitir que o grupo apresente os seus pontos de vista e opiniões Construir relações com as comunidades, especialmente as impactadas Distribuir informação não técnica Facilitar reuniões com apresentações, PowerPoint, cartazes, etc. Devem sempre ser registadas os comentários, as questões, as discussões e os consensos gerados
Focus group	Apresentar informação sobre o projecto a um grupo de interessados Permitir que pequenos grupos de pessoas (mulheres, jovens NEET, pessoas vulneráveis, pessoas com deficiência, etc.) apresentem os seus pontos de vista e opiniões Construir relações com as comunidades e comunidades vizinhas Devem sempre ser registadas os comentários, as questões, as discussões e os consensos gerados
Website da UGPE e dos parceiros incluindo a Direção Nacional do Ambiente (DNA)	https://ugpe.gov.cv/ MGR da UGPE Estabelecer um Comité Local de Gestão de Reclamações (pedido de informação, queixas, sugestões e denúncias) em cada área de projeto Apresentar informação sobre o projeto e atualizações do progresso Divulgar Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS) e Planos de gestão ambiental e Social (PGAS) eventuais, Quadro de

Técnica de envolvimento	Aplicação apropriada da Técnica
	Política de Reassentamento (QPR) e outra documentação de projeto relevante Partilhar informação sobre as atividades do projeto Fornecer informação sobre materiais de construção que serão necessários para incitar potenciais fornecedores Devem sempre ser registadas os comentários, as questões, as discussões e os consensos gerados
Comunicação directa com as partes afetadas - proprietários, por perda de árvores/bens/activos/terrás	Partilhar informação sobre o calendário das atividades do projeto Acordar sobre as opções de remoção de árvore/replantio e relocalização de pessoas.
Emissões de Radio e Televisão	Organizar a emissão de rádio/TV para levar o projeto ao grande público e permitir uma sessão de perguntas/respostas
Panfleto do projeto	Breve informação sobre o projeto para fornecer atualizações regulares Informação sobre projetos específicos do local
Workshops	Apresentar informação sobre o projeto a um grupo de partes interessadas, de forma a sensibilizar o grande público e permitir uma sessão de perguntas/respostas Permitir que os interessados deem opiniões e pontos de vista. Utilizar exercícios participativos para facilitar as discussões, discutir questões de brainstorming, analisar informação e desenvolver recomendações e estratégias
Questionários digitais, por telefone e presenciais	Reunir opiniões e pontos de vista de intervenientes individuais Reunir dados de base Registo de dados Desenvolver uma base de dados de base para monitorizar os impactos

Para atender aos requisitos de consulta pública e envolvimento das partes interessadas no contexto da pandemia de Covid-19, o processo de consulta deve estar em conformidade com a "Nota Técnica: Consultas Públicas e Envolvimento das Partes Interessadas em operações apoiadas pelo BM quando existem restrições à condução pública" e atenderá aos regulamentos das autoridades sanitárias nacionais.

Tabela 6. Atividades de Envolvimento das Partes Interessadas propostas

Fase do Projeto	Informação a divulgar / Tópico de Consulta	Métodos propostos	Calendário: Localizações/datas	Públicos-alvo	Responsabilidades
Componente 1 - Reformar a educação para melhor preparar os jovens em frequência escolar para o futuro emprego					
Preparação do Projeto (comum a todas as componentes)	<ul style="list-style-type: none"> -Visão geral do projeto e componentes propostos - Resumo das consultas e respostas/acções das partes interessadas - Consulta ao QGAS e QPR 	<ul style="list-style-type: none"> Reuniões individuais (conforme o caso) Reuniões de pequenos grupos Seminários de consulta pública Telefone, carta, email 	<ul style="list-style-type: none"> - Os principais parceiros foram mobilizados e auscultados individualmente Um encontro nacional multi-stakeholder para socialização do PEPI e do PCAS foi realizado via Teams em 12/01/2022 Encontros multi-stakeholder estão agendados para até 28 de Fevereiro de 2022 para a socialização do QGAS e do QPR 	<ul style="list-style-type: none"> -Instituições governamentais e Ministérios a nível nacional e municipal -Comunidades / Público em geral -ONG e ABC -Representantes de Grupos Vulneráveis -Sector privado -Outras partes interessadas 	UGPE
Fase Inicial	<ul style="list-style-type: none"> -Informação sobre o MGR, como o público pode aceder ao mesmo, e passos envolvidos na resolução, e concepção do CCGR e dos CLGR 	<ul style="list-style-type: none"> -Múltiplas oficinas de consulta comunitária - Discussões em pequenos grupos com as comunidades - Rádio, TV, Cartazes, Flyers, Facebook Page Web 	<ul style="list-style-type: none"> Virtual envolvendo os municípios e as entidades centrais; <i>Pelo menos 60 dias depois da efetividade do projeto</i> 	<ul style="list-style-type: none"> -Instituições governamentais e Ministérios a nível nacional e municipal -Comunidades / Público em geral -Grupos vulneráveis 	UGPE, MED, DNE, DGPOG

Fase do Projeto	Informação a divulgar / Tópico de Consulta	Métodos propostos	Calendário: Localizações/datas	Públicos-alvo	Responsabilidades
	-Resumo das consultas e respostas/ações das partes interessadas, incluindo a revisão da conceção do projeto e das PCAS, PEPI, QGAS, QPR e outros documentos ambientais e sociais específicos	-Seguimento de seminários de consulta pública -Rádio comunitária -Panfleto informativa sobre as atividades	-Todos os municípios e entidades nacionais -A ser realizada entre julho e dezembro de 2022 A ser repetido no caso de quaisquer alterações significativas ao projeto, incluindo o ESCP revisto.	-Agências governamentais a nível nacional e municipal -Comunidades -Representantes de Grupos Vulneráveis -Outras partes interessadas	UGPE, MED, DNE, DGPOG
Fase de concepção	-Consultas sobre estratégia de seleção dos beneficiários -Informação sobre o GRM, como o público pode aceder ao mesmo, e passos envolvidos na resolução. Conceção dos Comités de Gestão de Reclamações	--Seguimento de seminários de consulta pública -Grupos de discussão -Reuniões com instituições a nível central e local	-Todos os municípios E entidades nacionais -A ser realizada entre julho e dezembro de 2022	-Departamentos governamentais do Estado. -Associação de Deficientes -Outras partes interessadas	UGPE, MED, DNE, DGPOG
Fase de implementação	-Código de Conduta dos Trabalhadores - Formação sobre normas ambientais e sociais, mudanças climáticas - Formação sobre os procedimentos de gestão laboral	-Seminários de consulta pública -Workshop - Formações	-Todos os municípios E entidades nacionais - A ser realizada ao longo da implementação do projeto	-Todos os Trabalhadores do projeto; - Todos os Colaboradores do projeto	UGPE, MED, DNE, DGPOG

Fase do Projeto	Informação a divulgar / Tópico de Consulta	Métodos propostos	Calendário: Localizações/datas	Públicos-alvo	Responsabilidades
	_Formação sobre VBG/EAS/AS				
	-	-	-	-	
Componente 2 - Melhorar a governação e o acesso à formação profissional para jovens fora do Sistema de ensino em sectores-chave do crescimento económico					
Fase de concepção	-Visão geral do projeto proposto	-Múltiplas oficinas de consulta comunitária -Discussões em pequenos grupos com líderes tradicionais	-Encontro virtual após efetividade. -A ser realizada entre março e junho de 2022	-Líderes comunitários -Representantes de Grupos Vulneráveis - Outras partes interessadas	UGPE, FPEF, IEFP, Centros de formação e Escolas de formação profissional
Fase de implementação	-Código de Conduta dos Trabalhadores - Formação sobre normas ambientais e sociais, mudanças climáticas _Formação sobre VBG/EAS/AS	-Seminários de consulta pública -Workshop - Formações	-Todos os Centros de formação e escolas especializadas beneficiadas, IEFP e FPEF - A ser realizada ao longo da implementação do projeto	-Todos os Trabalhadores do projeto; - Todos os Colaboradores do projeto	UGPE, FPEF, IEFP, Centros de formação e Escolas de formação profissional, ICIEG
Componente 3 - Apoiar a inclusão social e produtiva e o acesso aos serviços básicos dos pobres e vulneráveis					
Fase Inicial	Informação sobre o MGR, como o público pode aceder ao mesmo, e passos envolvidos na resolução.	-Múltiplas oficinas de consulta comunitária -Discussões em pequenos grupos com as comunidades -Rádio, TV, Cartazes, Flyers, Facebook Page Web .	-Todos os municípios e entidades do governo central <i>conforme necessário, antes da conceção final e durante a implantação em cada Ilha / Município.</i>	Todos os municípios -Grupos vulneráveis ONG's	UGPE, e Câmara Municipal da Praia, ONG's, ABC

Fase do Projeto	Informação a divulgar / Tópico de Consulta	Métodos propostos	Calendário: Localizações/datas	Públicos-alvo	Responsabilidades
	-Oportunidades de Colaboração na Implementação de Projetos	-Reuniões, E-mails, FB (Facebook) -Panfleto de informação da rádio comunitária sobre as atividades do projeto	-Todos os municípios e entidades do governo central Empreiteiros	-Gestores de projeto em serviços de utilidade pública para projetos relevantes em Cabo Verde -Outros potencialmente relacionados	UGPE
	Resumo das consultas e respostas/ações das partes interessadas, incluindo a revisão da conceção do projeto e das ESCP	- Seguimento de seminários de consulta pública	--Todos os municípios e entidades nacionais -A ser realizada entre julho e dezembro de 2022	-Agências governamentais a nível nacional e municipal -Comunidades -Representantes de Grupos Vulneráveis Centros de formação profissional -Outras partes interessadas	UGPE
Fase de Desenho da solução	-Consultas sobre a seleção dos beneficiários para a reabilitação das habitações - Informação sobre o GRM, como o público pode aceder ao mesmo, e passos envolvidos na resolução.	-Seminários de consulta pública - Grupos focais -Reuniões com instituições a nível central e local	-Bairros da Praia -A ser realizada entre julho e dezembro de 2022	-Departamentos governamentais do Estado -Associação de Deficientes - Outras partes interessadas	UGPE/MF, MFIDS, MIOTH; MED; Câmara Municipal da Praia, Empreiteiros
Fase de implementação	- Código de Conduta dos Trabalhadores	-Seminários de consulta pública - Workshop	-Todos os municípios e entidades do governo central	-Todos os Trabalhadores, Empreiteiros e fiscais e beneficiários das	UGPE/MF, MFIDS, MIOTH; MED; Câmara Municipal da Praia, Empreiteiros

Fase do Projeto	Informação a divulgar / Tópico de Consulta	Métodos propostos	Calendário: Localizações/datas	Públicos-alvo	Responsabilidades
	<ul style="list-style-type: none"> - Formação sobre normas ambientais e sociais, mudanças climáticas - Formação sobre os procedimentos de gestão laboral _Formação sobre VBG/EAS/AS - Informação sobre o GRM, para trabalhadores, e passos envolvidos na resolução. 	- Formações	<p>envolvidos; beneficiadas, IEFP e FPEF</p> <p>- A ser realizada ao longo da implementação do projeto</p>	intervenções em infraestruturas	
Componente 4 – Gestão do Projeto					
Fase de implementação	<ul style="list-style-type: none"> -Monitorização E avaliação dos Indicadores DOP e Intermedium; -Resumo das consultas e respostas/ações das partes interessadas -Resumo do GRM 	<ul style="list-style-type: none"> -Reuniões comunitárias -Reuniões de pequenos grupos -Workshops com múltiplas partes interessadas 	<ul style="list-style-type: none"> - Todos os Municípios / ilhas (Ao longo do Projeto) 	<ul style="list-style-type: none"> - Municípios - MFIDS - MED - MIOTH 	UGPE

4.4. Estratégia proposta para incorporar a visão dos grupos vulneráveis

O projeto beneficiará inherentemente grupos vulneráveis, tais como pessoas com deficiência, ao aumentar as oportunidades de acesso a uma série de serviços governamentais e privados, incluindo os sistemas governamentais, educação, formação profissional, estágio e oportunidades de emprego, turismo e serviços de saúde e habitação.

Os grupos vulneráveis estão distribuídos por todos os municípios de país de uma forma heterogênia e difícil de focalizar. Os principais obstáculos para as pessoas vulneráveis que beneficiam do projeto estarão relacionados com o acesso à informação e aos benefícios do projeto.

Por isso, a estratégia de envolvimento dos grupos vulneráveis será através de diferentes vias, principalmente através das organizações representativas de mulheres, de pessoas portadoras de deficiências e de jovens NEET.

As comunidades remotas, que são frequentemente de baixo rendimento, serão incluídas através dos seus representantes tradicionais e formais.

Os parceiros terão um papel fundamental a desempenhar em relação a este grupo, para assegurar que o projeto não aprofunde a desigualdade.

Será necessário garantir uma estratégia adaptada aos grupos vulneráveis em cada fase de desenvolvimento do projeto. Na tabela seguinte são apontadas as especificidades previstas neste sentido.

Tabela 7. Estratégia específica para a integração dos grupos vulneráveis

Fase do projeto	Estratégia específica para a integração dos grupos vulneráveis
Conceção/Preparação	<ul style="list-style-type: none"> Consulta aos representantes das mulheres, dos jovens desfavorecidos a nível central e local; Conceção dos instrumentos de salvaguarda ambiental e social, incluindo a divulgação dos mesmos aos representantes dos grupos vulneráveis a nível central e local; Manter os instrumentos concebidos com revisões necessárias ao longo da implementação do projeto;
Implementação	<ul style="list-style-type: none"> Sessões de capacitação a nível de todos os municípios sobre as atividades do projeto com os parceiros locais incluindo a reciclagem do tema da gestão de reclamações; Envolver presidentes de Câmaras municipais, vereadores e técnicos sociais, associação dos municípios, organização da classe dos professores;
Desenho de soluções	<ul style="list-style-type: none"> Consulta pública ao Plano de Gestão Ambiental e Social do Projeto permitirá a participação no desenvolvimento da solução de regeneração dos bairros e das habitações Publicação do PGAS na página da UGPE e das entidades parceiras, nomeadamente o MIOTH e as Câmaras municipais. Disponibilidade de uma versão impressa a nível da comunidade. As consultas devem ser amplamente divulgadas, especialmente entre as partes interessadas/comunidades afetadas pelo projeto, de preferência 2 semanas antes da realização de qualquer reunião;

	<ul style="list-style-type: none"> • Permitir que o resumo de informações não técnicas seja acessível antes de qualquer evento para assegurar que as pessoas sejam informadas da avaliação e das conclusões antes das reuniões agendadas; • O local e o calendário das reuniões devem ser concebidos para maximizar a participação e a disponibilidade dos grupos vulneráveis; • Facilitar a consulta de uma forma que permita às partes interessadas levantar os seus pontos de vista e preocupações • As questões levantadas devem ser respondidas, na reunião ou em momento posterior • As partes interessadas visadas podem comentar o relatório de consulta pública do EIAS dentro do prazo disponibilizado; • Reunir os contributos das partes interessadas sobre a avaliação de impacto e delinear medidas de mitigação e melhoria; • Fornecer feedback às partes interessadas sobre o projeto de avaliação de impacto e medidas de gestão/mitigação associadas • Os parceiros locais nomeadamente as ABC serão essenciais na divulgação das soluções;
Construção	<ul style="list-style-type: none"> • A UGPE e os parceiros estabelecem fóruns comunitários através da liderança estabelecida pela comunidade local para divulgar informações sobre o projeto aos membros da comunidade. • Governo Local: Presidentes das Câmaras Municipais e/ou vereadores e técnicos sociais com canal para disseminar informação sobre o projeto. • Quadros de Informação: Os quadros de informação são mecanismos eficazes para informar as comunidades e o público em geral sobre o projeto. Estes podem ser instalados em áreas específicas de impacto. • Meios de comunicação social: Jornais comumente lidos na área do projeto serão utilizados para notificar o público em geral. • Comunicação do projeto aos líderes associativos a nível local para mobilização de recurso a capacidades (empreiteiros) e mão de obra local, autoconstrução; • A socialização dos encontros deve ser feita com duas semanas de antecedência pelos responsáveis do governo local e do MIOTH;
Comissionamento	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a comunicação das partes interessadas dos resultados das construções e alcance das metas do projeto; • Envolver as ABC na receção das obras e/ou na apresentação dos produtos do projeto – divulgação por rádios comunitárias, tv e jornais, igrejas;

Grupos vulneráveis adicionais neste projeto poderão ser identificados durante fases futuras de envolvimento comunitário, e o plano será revisto em conformidade para refletir esta identificação de novas partes interessadas. Este PEPI precisa de ser atualizado e aperfeiçoado ao longo de todo o ciclo de vida do Projecto. Durante este processo, o foco e o âmbito do SEP serão atualizados para assegurar que a UGPE e os parceiros abordem as mudanças externas e que todos aderem à sua estratégia.

4.5. Indicadores de progresso na implementação do PEPI

São indicados um conjunto de 14 indicadores para monitorizar o progresso na implementação do PEPI, que, entretanto, podem ser reajustados conforme necessidade.

Tabela 8. Indicadores de progresso na implementação do PEPI

Indicadores de progresso na implementação do PEPI	
A1	Encontros de stakeholders realizados nos últimos três meses
A2	Número de sessão de formação em MGR para os trabalhadores do projeto?
A3	Número de participantes de sessão de formação em MGR para os trabalhadores do projeto?
A4	Existência e operacionalidade dos canais de MGR nos sítios de implementação de projeto? (Muito Satisfatório Moderado Pouco satisfatório)
A5	Existência do ponto focal do MGR distinguido no sítio do projeto? (sim Não Não sabe)
A6	Número de sessão de formação em MGR para os pontos focais do MGR?
A7	Percentagem (%) de reclamações registadas no MGR do projeto e tratadas em tempo oportuno (menos de 10 dias)
A8	Nº de reclamações registadas no MGR ?
A9	Nº de reclamações relacionadas com VBG/EAS/AS?
A10	Nº de reclamações relacionadas com VCC?
A11	Existência e operacionalidade do prestador de serviço ao sobrevivente de VBG/EAS/AS (Muito Satisfatório Moderado Pouco satisfatório)
A12	Número de sessão de formação em Prevenção e resposta a VBG/EAS/AS para os trabalhadores do projeto?
A13	Número de participantes de sessão de formação em VBG/EAS/AS para os trabalhadores do projeto?
A14	Número de trabalhadores do projeto que assinaram o Código de Conduta VBG/VCC?

4.6. Linhas de tempo

A vigência prevista para o projeto é de 31 de março de 2022 a 28 de fevereiro de 2027.

4.7. Estimativa de custos de implementação do PEPI

A implementação do PEPI ao longo do ciclo do projeto está estimado em 80 000 USD, alocados conforme se apresenta na tabela seguinte.

Tabela 9. Estimativa orçamental para a implementação do PEPI

Técnicas de Engajamento a serem empregues	Custo estimado total (USD)
Correspondencias	3 000
Encontros	10 000
Workshops	25 000
Visitas de Terreno	10 000
Information Boards	-
Vulgarização das mensagens nas rádios comunitárias e nacionais e TV	2 000
Implementação do MGR	5 000
Reforço de capacidades – Formações VBG/EAS/AS	25 000
Total	80 000

4.8. Revisão dos Comentários

Sugestões, comentários, esclarecimentos e outras informações recolhidas serão documentadas nos Memorandos de Consulta e, na próxima oportunidade de compromisso, um resumo de como foram tidas em conta será reportado ao grupo de partes interessadas.

Alguns pormenores das consultas realizadas de forma presencial ou encontros virtuais ao longo da preparação deste PEPI são destacados na tabela abaixo, incluindo pontos-chave de discussão com respeito às principais preocupações das partes interessadas, segundo cada componente. As preocupações foram classificadas quanto ao seu nível de complexidade/relevância com base na descrição dos próprios parceiros.

Tabela 10. Principais preocupações das partes interessadas

Componente do projeto	Principais preocupações	Relevância /complexidade Baixa/Média/ Alta)
Componente 1: Reformar a educação para melhor preparar os jovens em frequência escolar para o futuro emprego	O comprometimento dos parceiros e o seu envolvimento em tempo oportuno na execução das atividades do projeto é crucial para o desempenho das atividades. Entretanto a experiência adquirida do Projecto de Reforço da Educação e Desenvolvimento de competências será um catalisador de avanço para ultrapassar este desafio.	Baixa

Componente do projeto	Principais preocupações	Relevância /complexidade Baixa/Média/ Alta)
Componente 2: Melhorar a governação e o acesso à formação profissional para jovens fora do Sistema de ensino em sectores-chave do crescimento económico	Há uma sobre-exploração de recursos marinhos nas áreas piscatórias que requerem uma intervenção estratégica da EMAR para a conversão profissional de pescadores e peixeiras no ativo para atividades mais sustentáveis ligadas à economia azul através de investimentos na formação.	Média a alta
	Os que atuam na apanha de arreia nas praias causando degradação ambiental precisam de oportunidade de trabalho ligado à economia azul ajustada às suas competências;	Média a alta
	Condições de acesso a cursos de formação profissional limitam o acesso de peixeiras e pescadores experientes, assim como de muitos que atuam na apanha da arreia.	Média a alta
	Alguns jovens NEET das áreas piscatórias não constituem as condições de acesso aos cursos previstos podendo ficar excluídos;	Média
Componente 3: Apoiar a inclusão social e produtiva e o acesso aos serviços básicos dos pobres e vulneráveis: Melhorar a cobertura e funcionalidade do registo social Digitalizar o PISP MIS e procedimentos operacionais Expandir a intervenção PISP com base em lições Proporcionar transferências monetárias para o acesso a cuidados infantis aos beneficiários de PISP	Agregados unipessoais geralmente não se enquadram nos grupos 1 e 2 do CSU e sua vulnerabilidade vem sendo aprofundada sucessivamente ao longo de diversos programas de inclusão social;	Alta
	Agregados em processos litigiosos de separação do agregado familiar arriscam-se a serem suspensos/excluídos de programas de apoio social apesar de muitas vezes estarem a enfrentar condições de vulnerabilidade mais adversas	Alta
Componente 3: Apoiar a inclusão social e produtiva e o acesso aos serviços básicos dos pobres e vulneráveis: Apóio à requalificação urbana e de habitação para famílias pobres e vulneráveis visadas	Os pardieiros, as construções abandonadas que estão dispersos pelos bairros da Praia não deverão comprometer a regeneração dos respetivos bairros sendo necessário a identificação dos proprietários e a atribuição de responsabilidades a serem cumpridas pelos mesmos de forma a não comprometer o desempenho do projeto.	Alta
	Agregados familiares vulneráveis que vivem em habitações sem entretanto disporem da posse de propriedade, ou cuja propriedade se encontra em litígio poderão afetar o nível de desempenho do projeto caso forem identificados como beneficiários da reabilitação habitacional	Alta
	Existem muitas Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI) no município da Praia onde vivem famílias vulneráveis especialmente mulheres jovens mães. A regeneração de habitações e de bairros não deverá incentivar construções nestas áreas.	Alta
	Muitas habitações especialmente as degradadas não se encontram inscritas na matriz predial ou são construções não legalizadas. O projeto não poderá incentivar esta prática.	Alta

Componente do projeto	Principais preocupações	Relevância /complexidade Baixa/Média/ Alta)
	Muitas habitações de pessoas vulneráveis encontram-se em áreas de inundação (leitos das ribeiras) ou em ladeiras declivosas com risco de deslizamento. A beneficiação destas habitações estaria a submeter os investimentos do projeto ao mesmo tipo de risco, pelo que devem ser restringidas das condições de beneficiação de forma clara.	Alta

As preocupações manifestadas pelas partes interessadas e os compromissos consequentemente assumidos pelo projeto serão abordados no Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS), que será atualizado ao longo do ciclo de vida do projeto conforme necessário.

4.9. Fases Futuras do Projeto

As pessoas serão mantidas informadas à medida que o projeto se desenvolve, incluindo a elaboração de relatórios sobre o desempenho ambiental e social do projeto e a implementação do plano de envolvimento das partes interessadas e do mecanismo de gestão de reclamações. Os projetos informarão pelo menos semestralmente os interessados e com maior frequência durante atividades particularmente importantes (se necessário).

5. RECURSOS E RESPONSABILIDADES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE ATIVIDADES DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

5.1. Recursos

O Ministério das Finanças criou a Unidade de Gestão de Projetos Especiais para supervisionar os projetos financiados pelo Banco Mundial, incluindo a supervisão das salvaguardas. Uma Especialista Ambiental e Social estará afeta ao projeto em tempo parcial e será responsável pela coordenação das atividades de participação das partes interessadas em estreita articulação com os parceiros do projeto, quem terá responsabilidade pela execução das atividades de envolvimento das partes interessadas. Sempre que preciso for, será recorrido a serviços de consultoria ambiental e social específicos para cumprir com o plano de envolvimento dos stakeholders. Os técnicos baseados a nível das entidades parceiras locais e centrais receberão formação para desempenharem, a nível desconcentrado, as ações de envolvimento dos stakeholders. Nota-se que o projeto ainda contará com um prestador de serviço para a prevenção e resposta à VBG/EAS/AS, precisamente a ICIEG. A ICIEG dispõe de Centros de atendimento a vítimas com profissionais capacitados em todos os municípios de Cabo Verde que estão envolvidos na prestação deste serviço. O serviço que se refere está protocolado através de um memorandum de entendimento entre a UGPE e a ICIEG que se renova anualmente e vigora para todos o portfólio de projetos da UGPE.

5.2. Funções e Responsabilidades de Gestão

As disposições para a implementação do projeto são as seguintes:

A Unidade de Gestão de Projetos Especiais (UGPE) é responsável pela implementação do Projeto em coordenação com os parceiros do projeto nomeadamente, MFIDS, MIOTH, MED. Por conseguinte, o Projeto será implementado no âmbito das leis e regulamentos existentes

no sector da educação e inclusão social e as suas disposições institucionais e de implementação e, seguirão a atual estrutura administrativa do Governo.

A Unidade de Gestão de Projetos Especiais (UGPE) terá funções primárias de coordenação e gestão fiduciária do Projeto (aquisição e gestão financeira). A UGPE será também responsável pela identificação, gestão e supervisão dos riscos sociais e ambientais do Projeto.

O Manual de Procedimentos Administrativos e Financeiros detalhará as funções e responsabilidades das várias partes e explicitará quaisquer ajustamentos aos procedimentos nacionais exigidos pela IDA.

Todas as atividades serão documentadas através dos relatórios periódicos submetidos ao Banco Mundial.

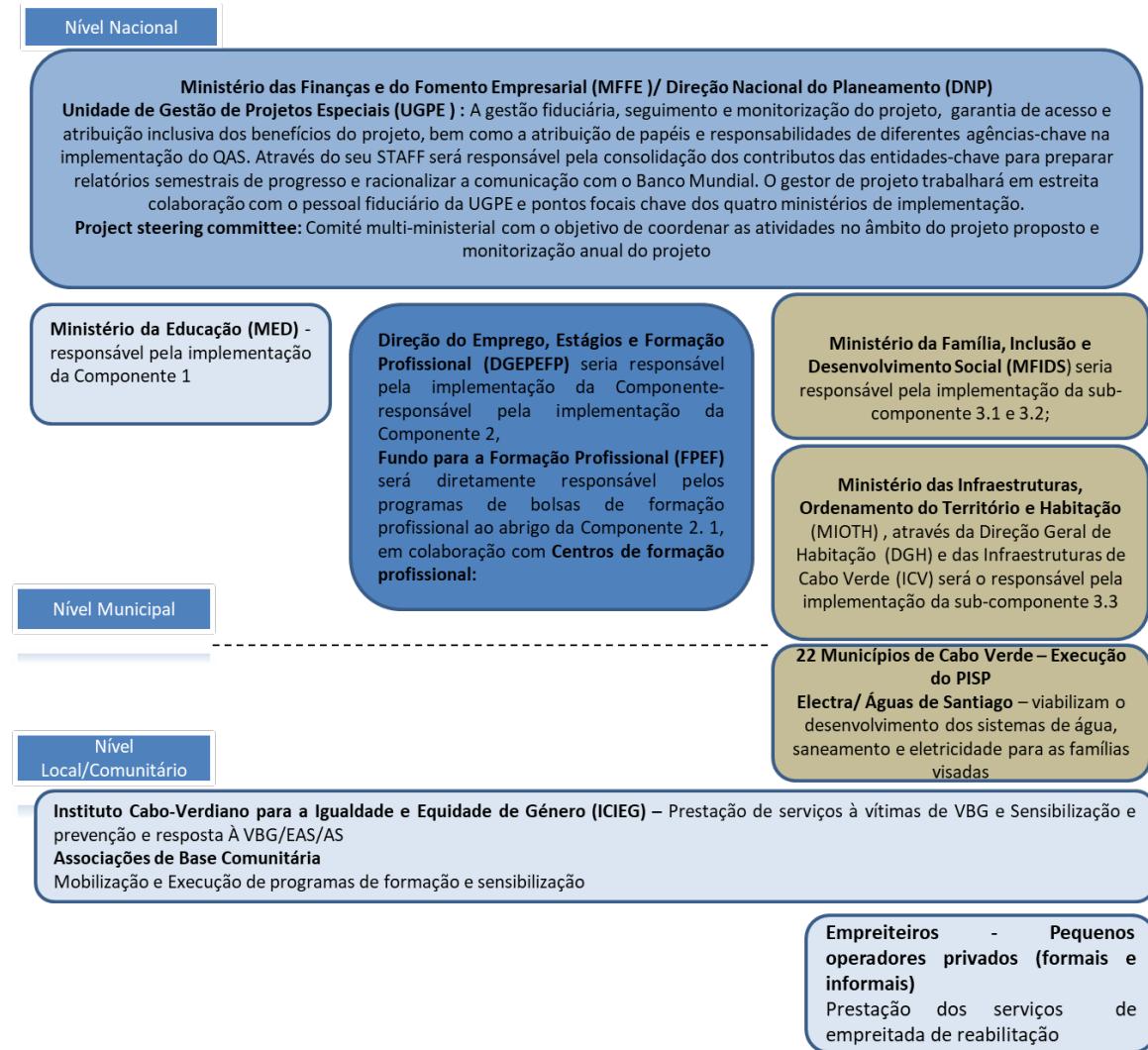


Figura 2. Disposições de implementação do projeto

6. MECANISMO DE GESTÃO DE RECLAMAÇÕES

O principal objetivo de um mecanismo de gestão de reclamação (MGR) ajudar a resolver as reclamações e as queixas de uma forma atempada, eficaz e eficiente que satisfaça todos os envolvidos. Especificamente, o mecanismo proporciona um processo transparente e credível

para a obtenção de resultados justos, eficazes e duradouros. Também promove a confiança e a cooperação como parte integrante de uma consulta comunitária mais ampla, o que, por sua vez, facilita a implementação de medidas corretivas. Especificamente, o mecanismo de reclamações:

- Proporciona às pessoas afetadas vias para apresentar uma queixa e resolver qualquer disputa que possa surgir no decurso da execução do projeto;
- Assegura que sejam identificadas e implementadas ações de reorientação apropriadas e mutuamente aceitáveis, visando a satisfação dos queixosos; e
- Evita a necessidade de recorrer a processos judiciais.

As comunidades e indivíduos que considerem ser adversamente afetados por um projeto apoiado pelo Banco Mundial (BM) podem apresentar queixas aos mecanismos de reparação de queixas existentes a nível de projeto.

Ao longo dos últimos dois anos, a UGPE tem estado a desenvolver um Mecanismo de Gestão de Reclamações (MGR) como parte do Compromisso Ambiental e Social dos projetos financiados pelo Banco Mundial e geridos por esta Unidade de Gestão de Projectos para assim assegurar que as queixas recebidas sejam prontamente analisadas e sejam respondidas as preocupações relacionadas com os projetos. O MGR tem em conta formas culturalmente adequadas de lidar com as preocupações da comunidade. Foram especificados processos para documentar queixas e preocupações, incluindo compromissos de tempo para resolver questões.

O MGR será ajustado às necessidades específicas do Projeto Cabo Verde - Capital Humano, no que vier a revelar-se necessário. Refere-se ainda que este sistema de gestão de reclamações tem sido e continuará a ser comunicado a todos os grupos de interessados durante cada atividade de envolvimento, a começar pela fase de conceção deste PEPI. Prevê-se a realização de comunicações especiais com os grupos vulneráveis identificados em cada sítio de implementação do projeto.

Especificamente para atender às especificidades das atividades desenvolvidas no âmbito do Projecto de Inclusão Social, foi desenvolvida uma ferramenta adicional para reforço da capacidade de resposta às reclamações provenientes dos beneficiários daquele projeto em particular. Com base no MGR desenvolvido e gerido pela UGPE em colaboração com o MFIDS e os municípios (o formulário de submissão desta reclamação encontra-se neste [link](#)) será dado apoio ao reforço desse sistema para capturar também a intervenção PISP e para criar uma ligação direta com a gestão e o sistema de registo social, incluindo para dar acesso à equipa de gestão do registo social para gerir as reivindicações GRM relacionadas com o registo social.

Adicionalmente, e estando esgotadas as alternativas disponibilizadas a nível da UGPE e seus parceiros de implementação do projeto para a resolução satisfatória de uma reclamação, as comunidades e indivíduos afetados pelo projeto podem ainda submeter as suas queixas ao Painel de Inspeção independente do BM. O painel de Inspeção determina se ocorreram ou poderão ocorrer danos, como resultado do incumprimento por parte do BM das suas políticas e procedimentos. As queixas podem ser apresentadas em qualquer altura após as preocupações terem sido levadas diretamente ao conhecimento do Banco Mundial, tendo sido dada à Direção do Banco uma oportunidade de responder. Para informações sobre como submeter queixas ao Serviço de Reclamações do Banco Mundial (GRS), por favor visite <http://www.worldbank.org/en/projects-operations/products-and-services/grievance-redress->

service. Para informação sobre como submeter queixas ao Painel de Inspeção do Banco Mundial, por favor visite www.inspectionpanel.org.

6.1. Descrição do mecanismo de gestão de reclamações

As reclamações e as queixas serão tratadas a três níveis principais de reparação, compostos por: i) nível local; ii) nível central; e iii) nível independente. Dependendo da complexidade da reclamação e do canal de receção utilizado pelo queixoso, as reclamações serão tratadas a nível local pelo Ponto Focal de Reclamações em cada entidade envolvida e/ou a nível central pelo Especialista Ambiental e social da UGPE. Para tal, serão constituídos Comités Locais para a Gestão de reclamações baseados a nível de cada entidade envolvida e gerida pelo ponto focal da gestão de reclamações (neste caso a nível municipal), e um Comité Central de Gestão de Reclamações (CCGR) a nível central no seio da UGPE com representação dos principais parceiros.

O CCGR será constituído por um (1) representante da UGPE, um (1) representante de cada Instituição parceira (MED, MFIDS, MIOTH; Municípios), um (1) representante de todas as categorias de partes interessadas, e o Gestor do Projeto. Esta estrutura será estabelecida antes do início do projeto.

No caso, de não haver acordo, através do CCGR será nomeada uma organização/especialista independente para resolver a situação. Uma vez utilizados todos os níveis de reparação possíveis, e o queixoso ainda não estiver satisfeito, a UGPE irá aconselhá-lo sobre o seu direito de recurso legal. O recurso judicial não faz parte do MGR, mas é uma opção disponível sobre a qual os reclamantes devem estar cientes desde o início do processo.

Os passos da MGR são descritos abaixo:

- Step 1.** Apresentação de queixa
- Step 2.** Receção, registo e categorização de queixas
- Step 3.** Reconhecimento da receção de queixas
- Step 4.** Investigação da queixa
- Step 5.** Proposta ao queixoso de medidas resolutivas
- Step 6.** Implementação das medidas acordadas
 - a. Se se chegar ao acordo a nível local: implementação das medidas acordadas;
 - b. Se não se chegar ao acordo a nível local: agravar a queixa para o nível central;
 - c. Se for alcançado um acordo a nível central: implementação das medidas acordadas;
 - d. Se não se chegar ao acordo a nível central: agravar a queixa para o nível independente;
 - e. Se for alcançado um acordo a nível independente: implementação das medidas acordadas
- Step 7.** Registar acordo alcançado e encerrar a queixa
- Step 8.** Caso não se chegue ao acordo, aconselhamos o queixoso sobre o seu direito de recurso legal

O mecanismo incluirá as seguintes etapas indicativas e calendários:

Tabela 11. Prazos de execução das etapas de tratamento das reclamações

Etapa	Processo	Período de tempo
1	Receber, registar e categorizar as reclamações e as	no prazo de 24
2	Reconhecer a receção das reclamações e das queixas	dentro de 72 horas
3	Investigação de queixas, incluindo entrar em contacto com o queixoso	no prazo de 24 horas
4	Chegar até ao queixoso e propor medidas resolutivas	no prazo de 7 dias
5	Se for alcançado um acordo a nível local (Ponto Focal das reclamações): implementação das medidas acordadas	no prazo de 14 dias
6	Se não se chegar a acordo a nível local: transferir a queixa para ser tratada ao nível central	no prazo de 7 dias
7	Se for alcançado um acordo a nível central implementação das medidas acordadas	no prazo de 14 dias
8	Se não se chegar a acordo a nível central: agravar a queixa para o nível independente (professores)	no prazo de 7 dias
9	Se for alcançado um acordo a nível independente: implementação das medidas acordadas	no prazo de 14 dias
10	O registo chegou a acordo, encerra-se a queixa	dentro de 48 horas

Será estabelecido um processo de recurso no âmbito do MGR para os casos em que o queixoso não fique satisfeito com a resolução proposta para a sua queixa. Uma vez propostos todos os meios possíveis para resolver a queixa, se o queixoso ainda não estiver satisfeito, este deve ser avisado do seu direito de utilizar os recursos legais.

6.2. Procedimentos para a comunicação e registo de queixas

É importante que haja várias formas de registrar queixas e reclamações, e que estas formas sejam amplamente conhecidas. As queixas anónimas podem ser apresentadas e resolvidas. O projeto irá adotar os seguintes canais de admissão das reclamações e queixas:

- Linha telefónica gratuita: 800 13 14;
- Apresentando uma queixa através do formulário online depositados neste link e QRcode abaixo: <https://forms.gle/V139UWWtVHWyMcid8> ;
- Endereço de correio eletrónico: reclamação.ugpe@ugpe.cv;
- Carta aos pontos focais do MGR nos estabelecimentos de saúde locais e centrais
- Entradas e registo de uma queixa no livro de registo de reclamações em todas as entidades parceiras aos diversos níveis – O modelo do formulário do livro de registo de reclamações encontra-se no Anexo 2;



Outras medidas serão implementadas no âmbito do projeto para tratar queixas sensíveis e confidenciais, incluindo as relacionadas com a exploração e abuso sexual/assédio sexual, de acordo com a nota de boas práticas sobre estas questões que faz parte dos recursos QAS do Banco Mundial.

Quando uma queixa ou uma reclamação é recebida, independentemente do canal através do qual é submetida, deve ser documentada no Livro de Reclamações e Reclamações ou no documento Excel ou na Base de Dados de Reclamações e Queixas.

O circuito das reclamações admitidas a nível do CLGR segue o seguinte esquema:

Círculo das reclamações, sugestões, observações e pedidos de esclarecimento – Comité Local de Gestão de Reclamações

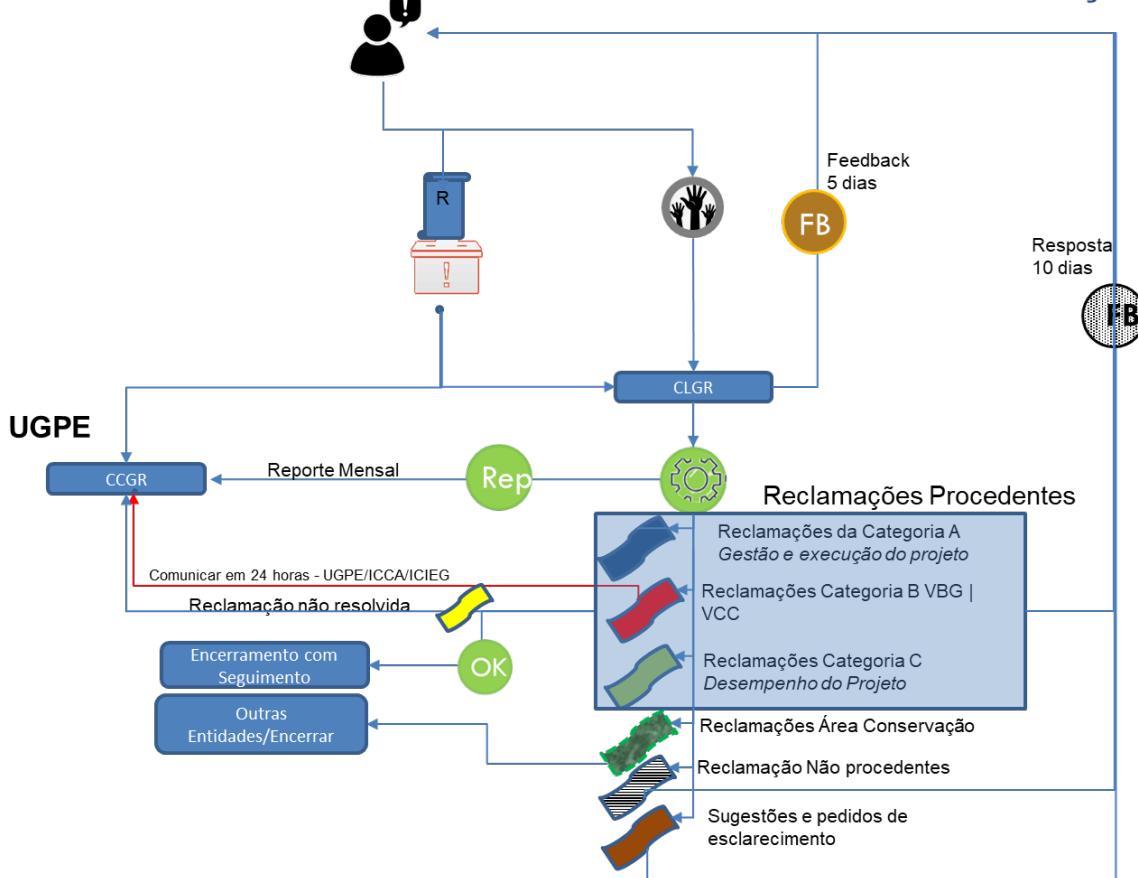


Figura 3. O circuito das reclamações admitidas a nível do CLGR - Municipal

O circuito das reclamações admitidas a nível do CCGR segue o seguinte esquema:

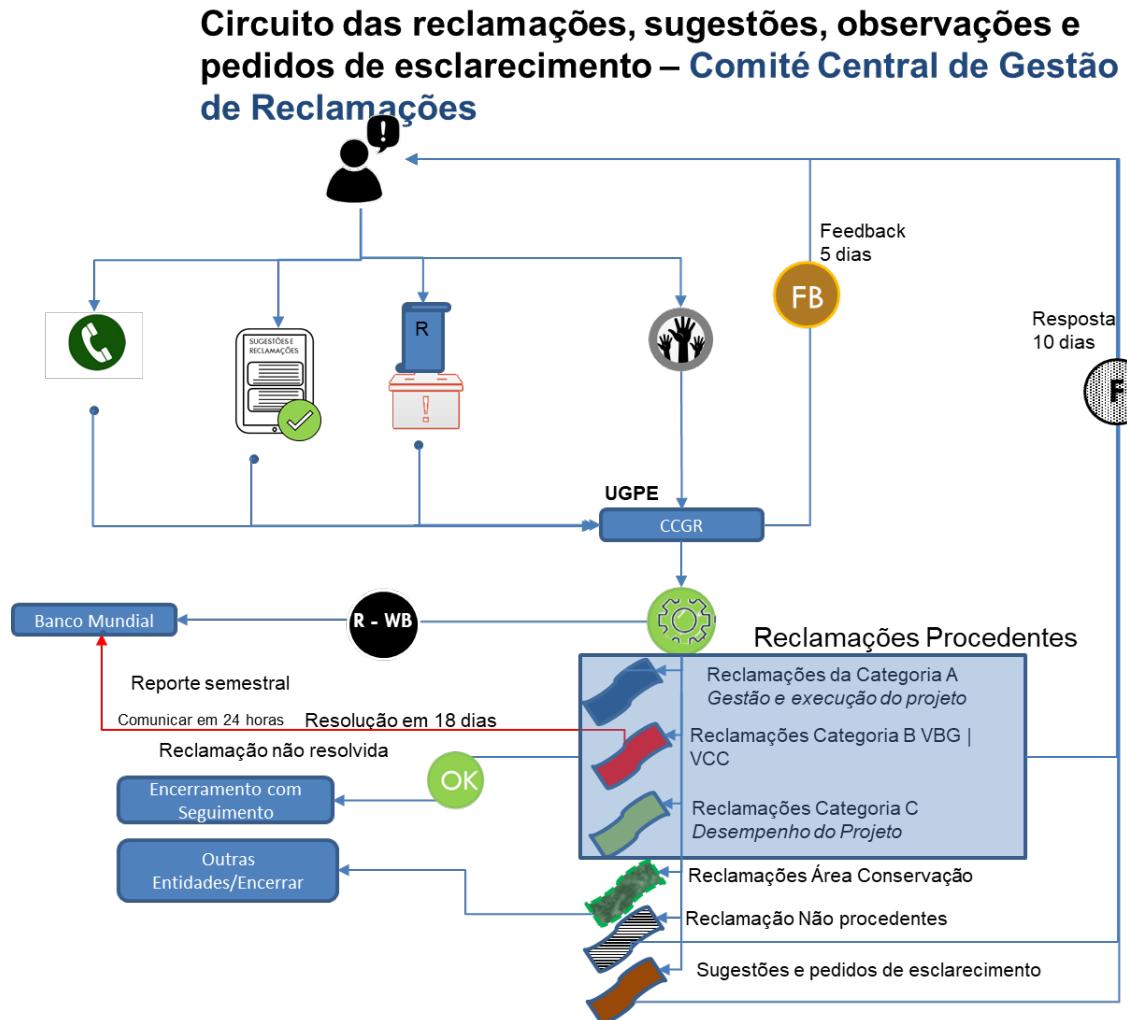


Figura 4. Círculo das reclamações admitidas a nível do CCGR – Central

Legenda:

- | | | |
|---------------------------------------|----------------------|--|
| RS | Livro de Reclamações | Reclamação não resolvida |
| Linha Verde 24 horas | | Receção, Registo e Classificação |
| Reclamação via eletrónica | | FB Feedback de receção(5 dias) |
| Encontros comunitários | | FB Feedback agradecimento após análise |
| Reclamações da Categoria A | | OK Resolução satisfatória com acordo |
| Reclamações Categoria B VBG VCC | | Rep Reportar |
| Reclamações Categoria C | | |
| Reclamação Não procedente | | |
| Sugestões e pedidos de esclarecimento | | |
| Reclamações nas áreas de conservação | | |
- R - WB** Reporte semestral

6.2.1. Procedimentos para a comunicação e registo de queixas de VBG/EAS/AS e VCC

Os CLGR estabelecidos a nível comunitário (municípios) nas áreas de intervenção, recebem todas as reclamações relacionadas com o processo de implementação do projeto e realizam uma análise e avaliação prévia dos fatos ou eventos. O CLGP deve, em colaboração com a EAS, assegurar o bom funcionamento do procedimento de queixas/tratamentos, exceto para queixas relacionadas à SEA/HS e à violência contra crianças (VAC). Mesmo assim, todos os pontos focais recebem formação em atendimento a vítimas de VBG/EAS/AS.

Reclamações relacionadas com VBG/EAS/AS e violência contra crianças (VAAC) são imediatamente encaminhadas pelo Ponto focal de gestão de reclamações do CLGR ou para o ICIEG (telefone: 132) ou por contato direto com o ponto focal do ICIEG, em todos os municípios do país, ou para o ICCA, respetivamente.

O ICIEG é atualmente, e com base no memorandum de entendimento em vigor, a entidade responsável para prestar serviços aos sobreviventes de casos de VBG relacionados com os projetos geridos pela UGPE, incluindo: (i) atendimento em saúde; (ii) atendimento psicossocial; e (iii) apoio jurídico, seguindo as normas e diretrizes globais e da instituição.

Deve-se observar que o comitê local somente encaminhará a reclamação à UGPE para ação administrativa.

6.3. Tipo / categoria de reclamações

O MGR operativo a nível da UGPE e que virá a ser vinculado/ajustado ao projeto será utilizado para apresentar queixas, comentários, pedidos / reclamações, sugestões, elogios ou questões relacionadas com a gestão e implementação do projeto. Após a sua admissão as reclamações podem ser distinguidas em 3 classificações:

1. Procedentes: consultas, sugestões ou reclamações relativas aos projetos da UGPE financiados pelo Banco Mundial;
2. Áreas de Conservação: consultas, sugestões ou reclamações relacionadas com áreas de conservação, mas sem relação com os projetos da UGPE. Serão encaminhadas para a autoridade ambiental - DNA.
3. Não procedentes: consultas, sugestões ou reclamações sem relação com os projetos da UGPE, onde se comunica ao reclamante a procura de outro recurso para a resolução.

As reclamações procedentes podem enquadrar-se nas seguintes categorias:

- Categoría A – Reclamações relacionadas com a gestão e execução do projeto
 - Participação dos intervenientes e divulgação de informações
 - Riscos e efeitos ambientais e sociais
 - Mão-de-obra e condições de trabalho
 - Utilização racional dos recursos e prevenção da poluição
 - Saúde e segurança comunitária
 - Aquisição de terras, restrições ao uso da terra e reassentamento involuntário
 - Conservação e gestão da biodiversidade

- Património cultural
- Mobilização de parceiros e informação/comunicação
- Categoria B – Violência Baseada no Género e Violência Contra Crianças
- Categoria C – Desempenho de Projetos

Pode-se aceder a descrição detalhada de cada categoria de reclamação no Manual do MGR da UGPE, aprovado pelo Banco Mundial e disponível neste [link](#).

6.4. Ficha de resumo das reclamações

A folha de resumo da queixa é um documento preenchido pela UGPE ou pelo perito ambiental e social da UGPE, dependendo do caso. A folha de resumo da queixa contém as seguintes informações: número da queixa; descrição da queixa; estrutura responsável pelo tratamento da queixa; resultante das medidas recomendadas; data prevista de processamento.

6.5. Relatório de tratamento das reclamações

O relatório de tratamento de reclamações é um documento de síntese preenchido trimestralmente pelo perito ambiental e social da UGPE. O relatório fornece informações sobre o seguinte: número de queixas registadas durante o período, resumo dos tipos de queixas, número de queixas tratadas, número de queixas não tratadas, com explicações de apoio.

Os queixosos serão continuamente informados do progresso e dos detalhes do processamento das suas queixas.

6.6. Informação ao público sobre o MGR

O EAS da UGPE, o coordenador da UGPE, as instituições Parceiras, e o ponto focal local devem comunicar em cada ocasião apropriada a existência de um mecanismo de gestão de reclamações e encorajar todas as partes interessadas potencialmente afetadas pela implementação do projeto a utilizá-lo.

O perito ambiental e social do UGPE é obrigado a fazer a socialização continua do mesmo para todas as categorias de intervenientes.

6.7. Recurso à justiça

Os queixosos insatisfeitos podem tomar medidas administrativas ou legais em qualquer altura quando as suas preocupações não tiverem sido resolvidas.

7. MONITORIZAÇÃO E RELATÓRIOS

7.1. Envolvimento das partes interessadas nas atividades de monitorização

A monitorização e avaliação da implementação das atividades do projeto e dos impactos sociais associados visa assegurar, por um lado, que as medidas de mitigação propostas sejam implementadas de acordo com o planeamento aprovado e, por outro, que os resultados esperados sejam alcançados. A monitorização e avaliação também preveem a implementação de medidas corretivas adequadas para resolver e superar dificuldades e assegurar que o objetivo principal do projeto seja alcançado e que as partes interessadas participem de forma inclusiva e participativa em todas as fases do processo.

É aconselhável envolver os interessados, através da representação, no acompanhamento das atividades de execução.

7.2. Apresentação de relatórios aos grupos de partes interessadas

O PEPI será regularmente revisto e atualizado, conforme necessário, durante a implementação do projeto para assegurar que a informação nele apresentada é consistente e atualizada, e que os métodos participativos identificados permanecem adequados e eficazes em relação ao contexto do projeto e às fases específicas do seu desenvolvimento. Quaisquer alterações significativas nas atividades relacionadas com o projeto e o seu calendário devem ser devidamente refletidas no PEPI. Resumos trimestrais e relatórios internos sobre as reclamações, inquéritos e incidentes relacionados, e sobre os progressos na implementação das ações preventivas e/ou corretivas relacionadas. Estes documentos serão submetidos à direção do projeto. Os resumos trimestrais fornecerão um mecanismo de avaliação tanto do número como da natureza das reclamações recebidas, os pedidos de informação, assim como demonstrará a capacidade do projeto de tratar essas queixas de uma forma atempada e eficaz.

A informação sobre atividades de envolvimento público empreendidas pelo Projeto durante o ano pode ser transmitida às partes interessadas de duas formas possíveis:

Publicação de um relatório anual autónomo sobre a interação do projeto com as partes interessadas.

Uma série de Indicadores Chave de Desempenho (KPIs) relativos ao envolvimento dos stakeholders serão também monitorizados pelo projeto numa base regular.

O especialista ambiental e social da UGPE trabalhará em estreita colaboração com o MFIDS, MED, MIOTH e os municípios, para produzir dados para a monitorização do Quadro de Resultados e preparar relatórios semanais e mensais para divulgação ao Coordenador da UGPE, para a tomada de decisão informada e correção do curso, quando necessário. Além disso, os especialistas em E&S e em M&E realizarão visitas ao local para acompanhar de perto a implementação. A frequência dos relatórios produzidos pelo UGPE dependerá de qualquer dos quatro cenários de transmissão que prevalecerem na altura (a) nenhum caso reportado, b) casos esporádicos, c) aglomerados de casos e d) transmissão comunitária. Consequentemente, os tipos de dados que serão abrangidos poderão incluir: i) dados específicos do evento, tais como o quê, quantos, onde, quem, com que rapidez e estado clínico e epidemiológico; ii) informação de gestão do evento, tais como recursos humanos e materiais disponíveis, estado das intervenções, atividades dos parceiros, distribuição de recursos, despesas, e progresso na realização dos objetivos; e iii) dados contextuais, tais como cartografia de informação geográfica, distribuição populacional, ligações de transporte, localização de instalações fixas e temporárias, disponibilidade de água limpa, clima, tempo e qualquer outra informação contextual significativa.

O relatório será utilizado para tomar decisões informadas e as medidas corretivas adequadas com base nas suas recomendações. No final do projeto, um relatório de conclusão da implementação e de resultados abrangerá a realização de cada uma das componentes do projeto, aprovisionamento, gestão financeira, reparação de queixas e envolvimento dos cidadãos, salvaguardas, disseminação e utilização de dados, cumprimento de pactos legais, e lições aprendidas (positivas e negativas). Os relatórios, incluindo as lições aprendidas, serão amplamente divulgados aos interessados, incluindo às organizações da sociedade civil e ao público.

ANEXO 1 – RELATÓRIO DA SOCIALIZAÇÃO DO PEPI E DO PGAS ENTRE OS PRINCIPAIS PARCEIROS

No âmbito da preparação do Projecto Capital Humano Cabo Verde e da conceção de dois elementos centrais do Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial, designadamente o (1) Plano de Compromissos Ambiental e Social e o (2) Plano de Envolvimento das Partes interessadas, foi realizada uma secção de socialização da versão draft do PEPI e do PGAS ás partes interessadas do projeto através de um encontro virtual no dia 12 de janeiro de 2022, como ação integrada na metodologia de elaboração destes instrumentos. O encontro teve por objetivo último socializar os instrumentos, reforçar a clareza na atribuição de papéis e responsabilidades, e o comprometimento dos atores-chave para com o desempenho das atividades do projeto.

Os principais resultados alcançados no encontro resumem-se nos seguintes:

- Identificadas as principais partes interessadas do projeto incluindo as partes beneficiadas, com influencia, prejudicadas, no quadro das intervenções visadas pelo projeto;
- Identificados os instrumentos de articulação e cooperação entre as entidades-chave;
- Identificadas as principais preocupações, os constrangimentos e as oportunidades de cada stakeholder;
- Todos os comentários, as respostas e as correções efetuadas foram integradas nesta versão do PEPI e no PCAS.

O encontro contou com a participação de 16 elementos, representantes das seguintes instituições:

- Unidade de Gestão de Projetos Especiais (UGPE)
- Ministério da Educação (MED)
- Ministério da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social (MFIDS)
- Direção Geral da Inclusão Social (DGIS)
- Fundo de Promoção do Emprego e da Formação (FPEF)
- Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)
- Fundação Cabo-verdiana de Ação Social Escolar (FICASE)
- Escola do Mar (EMAR)
- Ministério das Infraestruturas, do Ordenamento do Território e Habitação (MIOTH)
- Direção Geral da Habitação (DGH)
- Infraestruturas de Cabo Verde (ICV)

A lista dos participantes do encontro inclui os seguintes:

As preocupações discutidas foram as resumidas na Tabela 10 deste documento.

PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS (PEPI)

Cabo Verde Human Capital Project (P175828)

JC José J. Cabral (Convidado) 15:51
José J. Cabral - PCA da Escola do Mar - 992 83 87 - e-mail: jose.cabral@emar.cv

MED / FICASE - Presidente - Albertino Fernandes 15:52
Albertino Fernandes - FICASE. albertino.fernandes@ficase.gov.cv

ME / Dir. Nac. de Educação - Eleonora H. Monteiro 15:52
Eleonora Sousa Diretora Nacional de Educação

ME - Jose Lino Veiga 15:52
José Lino da Veiga Silva - Diretor de Serviços de Estudo Planeamento e Cooperação do Ministério da Educação

MIOTH / DGH / Diretora Geral - Eneida Morais 15:52
Eneida Morais - Diretora Geral de Habitação

JB Julião Barros (Convidado) 15:53
Julião Barros - Inspetor Geral da Educação

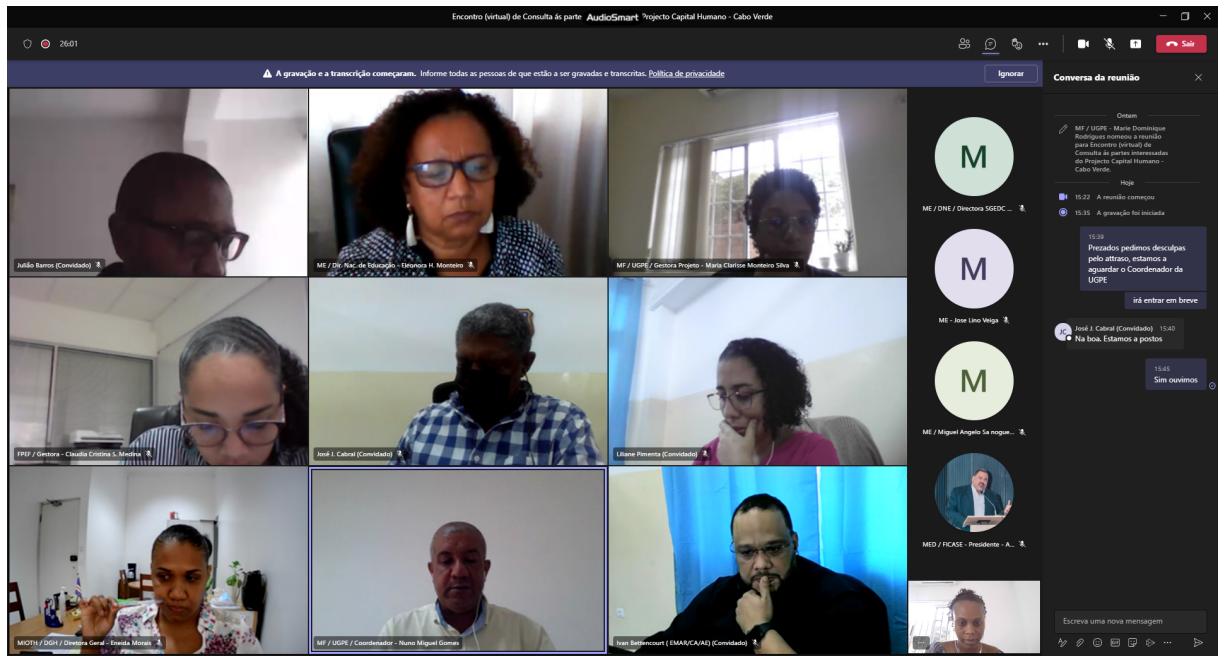
FPEF / Gestora - Cláudia Cristina S. Medina 15:54
Cláudia Medina (claudia.c.medina@fpef.gov.cv) - Gestora do Fundo de Promoção do Emprego e da Formação

IB Ivan Bettencourt (EMAR/CA/AE) (Convidado) 15:54
Ivan Bettencourt - Escola do Mar (EMAR) / Administrador Executivo.

LP Liliane Pimenta (Convidado) 15:54
Liliane Pimenta de Aguiar Administradora Executiva da Escola do Mar
liliane.aguiar@emar.cv

M ME / DNE / Directora SGEDC - Rosa M. P. Fortes Silva 15:55
Rosa Maria Silva Directora do Serviço de Desenvolvimento Curricular e Formação Docente, Direção Nacional da Educação, Ministério da Educação. rosa.silva@me.gov.cv

IB Ivan Bettencourt (EMAR/CA/AE) (Convidado) 16:17
Ivan Bettencourt - ivan.bettencourt@emar.cv



ANEXO 2 – FORMULÁRIO DO LIVRO DE RECLAMAÇÕES**N 0001****Ministério
das Finanças**Unidade de Gestão
de Projectos EspeciaisREPÚBLICA DE CABO VERDE
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
UNIDADE DE GESTÃO DE PROJETOS ESPECIAIS**Mecanismo de Gestão de Reclamações da UGPE**
Formulário de Registo de Reclamações**1. Identificação do reclamante**

Nome: _____

Género: M ____ F ____ Idade: _____ E-mail: _____

Nº de Telefone: _____ Nº de Telemóvel: _____

2. Residência

Ilha: _____ Município: _____ Localidade: _____

3. Apresentação da Reclamação/Sugestão/ObservaçãoNome do projeto ou da atividade alvo da reclamação

_____Resumo do motivo da reclamação

_____**4. Data de preenchimento:** ____ / ____ / ____**5. Assinatura Reclamante**
_____**6. Assinatura Recetor**
